



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE LETRAS E ARTES – FALA
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS – DLV
CURSO LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

WELLYTANIA THAÍS SOUSA MORAIS

**MARIA FIRMINA DOS REIS NO CONTEXTO DO ROMANTISMO BRASILEIRO: O
PIONEIRISMO DA MULHER NEGRA NA LITERATURA BRASILEIRA
ABOLICIONISTA E A DENÚNCIA DA ESCRAVIDÃO EM *ÚRSULA***

Mossoró
2021

WELLYTANIA THAIS SOUSA MORAIS

**MARIA FIRMINA DOS REIS NO CONTEXTO DO ROMANTISMO BRASILEIRO: O
PIONEIRISMO DA MULHER NEGRA NA LITERATURA BRASILEIRA
ABOLICIONISTA E A DENÚNCIA DA ESCRAVIDÃO EM *ÚRSULA***

Monografia apresentada ao Departamento de Letras Vernáculas - DLV, da Faculdade de Letras e Artes - FALA, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciado em Letras - Língua Portuguesa.

Orientador(a): Profa. Dra. Leila Maria de Araújo Tabosa

Mossoró
2021

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

S725m

Sousa Morais, Wellytania Thaís

Maria Firmina dos Reis no contexto do romantismo brasileiro: o pioneirismo da mulher negra na literatura brasileira abolicionista e a denúncia da escravidão em Úrsula. / Wellytania Thaís Sousa Morais. - Mossoró, 2021.

56p.

Orientador(a): Profa. Dra. Leila Maria de Araújo Tabosa.

Monografia (Graduação em Letras (Habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas)). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Escravidão. 2. Maria Firmina dos Reis. 3. Úrsula. I. Araújo Tabosa, Leila Maria de. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

WELLYTANIA THAÍS SOUSA MORAIS

**MARIA FIRMINA DOS REIS NO CONTEXTO DO ROMANTISMO BRASILEIRO: O
PIONEIRISMO DA MULHER NEGRA NA LITERATURA BRASILEIRA
ABOLICIONISTA E A DENÚNCIA DA ESCRAVIDÃO EM ÚRSULA**

Monografia apresentada ao Departamento de Letras Vernáculas - DLV, da Faculdade de Letras e Artes - FALA, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciado em Letras - Língua Portuguesa.

Aprovada em ___/___/___.

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Leila Maria de Araújo Tabosa - UERN
Orientadora

Prof. Dr. Sebastião Marques Cardoso - UERN
Examinador

Prof^a. Dra. Veronica Palmira Salme de Aragão - UERN
Examinadora

Aos meus professores, da escola e da vida.

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus pais, Andreia Carler e Francisco Francivan, e aos meus irmãos, Willfredy Kaledy e Wesley Diego, por serem peças essenciais em cada passo dado na minha jornada. Agradeço também às minhas avós, por serem grandes mulheres, que me inspiram a continuar na batalha. E aos meus amigos, por serem rede de apoio na busca pelos meus sonhos, em especial a pessoa de Vinícius Davi, que não mediu esforços para me ajudar e estar comigo dia após dia durante toda a graduação. Agradeço a todas as mulheres pretas da minha vida, em especial minha avó materna, minha mãe e as minhas amigas. Vocês são minha fortaleza e inspiração.

Aos amigos que encontrei não só na faculdade de Letras como em toda a UERN, obrigada por tornarem essa jornada mais leve. Agradeço ao movimento estudantil, onde aprendi a importância da união e luta coletiva dos estudantes na construção de um mundo melhor. Obrigada pela conquista de cada direito, oportunidade e espaço que ocupei e ainda vou ocupar. Aos queridos amigos de Letras, sem vocês tudo seria muito mais difícil, obrigada Lucas Nataniel, Eduardo Pinto, Letícia Hellen, Vaneska Rodrigues, Nayara Nicolly, Andrea Rebouças, Camila Steffany, Beatriz Pinheiro, Ruthe Miriã, Vanda Lúcia, Hallisson Oliveira e muitos outros que cruzaram o meu caminho. Eu agradeço pela rede de apoio que criamos.

Agradeço a toda a Faculdade de Letras e Artes (FALA), seus gestores, técnicos administrativos e tantos funcionários que tornaram cada aula possível. E aos professores que conheci na faculdade de Letras, no PIBID, nos estágios, eventos e todos aqueles que chegaram ao meu encontro. Vocês me ensinaram muito! Gostaria de agradecer em especial a professora Ana Remígio, por ser exemplar na arte de ensinar, e a minha professora, orientadora e amiga Leila Tabosa, por fazer questão de ser tão competente. Vocês duas tornaram cada aula um espetáculo imperdível e são uma inspiração para nós, futuros(as) professores(as). Agradeço também aos professores que compõem a banca examinadora deste trabalho por aceitarem meu convite e dedicarem seu tempo e conhecimento na avaliação da pesquisa a seguir.

“O olho não é apenas espelho, mas espelho retificador. O olho deve nos permitir corrigir os erros culturais” (FANON, 2008, p.169).

RESUMO

O romance *Úrsula* (1859), objeto de estudo desta pesquisa, foi escrito por Maria Firmina dos Reis, escritora pioneira na literatura brasileira abolicionista e também na estética do Romantismo no Brasil. Além do enredo principal característico do Romantismo, a obra contém narrativas protagonizadas por personagens secundários que relatam a escravidão da perspectiva das vítimas. Esses fatos de denúncia a partir do sentir das personagens vítimas justificam uma leitura mais aprofundada da obra. O objetivo geral deste trabalho é, através das narrativas, resgatar o discurso de personagens que foram historicamente silenciados e ganham voz, memória e discurso na obra da abolicionista Firmina. A partir do que se objetiva, acredita-se proporcionar reflexões sobre a escravidão e suas consequências no Brasil. A proposta de abordagem para esse projeto prima pelo método dedutivo, por meio da leitura da obra *Úrsula* e análise das narrativas construídas através dos relatos dos personagens secundários Túlio e Susana, além da forma como são representados por Maria Firmina dos Reis, como dotados de discurso e historicidade. Para isso, utilizaremos como base contextual historiográfica e de fortuna crítica os estudos de Sidney Chalhoub (1990), Candido (2002), Bosi (2010), Macêdo Mendes (2016); como base teórica, seguraremos nas mãos de Fanon (1968;2008). A escrita da maranhense é algo pioneiro e revolucionário, considerando o contexto da obra, o Romantismo. Este estudo pode possibilitar uma compreensão da obra como uma literatura de denúncia do sistema escravocrata como injusto e cruel. Além de trazer o discurso de vítimas da escravidão, o romance assume uma postura crítica através da narradora, da apresentação do contexto histórico e dos acontecimentos narrados.

Palavras-chave: Representação do regime escravocrata; Maria Firmina dos Reis; *Úrsula*.

ABSTRACT

The novel *Úrsua* (1859), subject of matter of the present research, written by Maria Firmina dos Reis, pioneer writer in Brazilian Abolitionist literature e also in the Brazilian Romanticism aesthetic. Besides the main plot characteristic of Romanticism, the literary work has narratives starred by second characters that relate the enslavement from the perspective of the victims. These facts of denouncement from the feelings of victim characters justify a deeper reading of the literary work. The main goal of this analysis is, through narratives, to recapture the speech of characters that were historically silenced that gain voice, memory and dialogue in the Firmina Abolitionist literature. From what is aimed, it is believed to provide reflections about enslavement and its consequences in Brazil. The suggestion of the approach for this project transcend for the deductive method, through the reading of *Úrsula* and investigation of the narratives built through the report of the secondary characters Túlio and Susalan, besides how they are portrayed by Maria Firmina dos Reis, as endowed with speech and historicity. For that matter, it shall be used as historiographical and contextual base and as criticism treasure the work of Sidney Chalhoub (1990), Candido (2002), Bosi (2010), Macêdo Mendes (2016); as theoretical base we hold onto the hands of Fanon (1968;2008). The writing form Maranhão is pioneer and revolutionary, considering the context of the work, Romanticism. This study can enable an understanding of the work as a literature of denunciation of the enslaver as inexcusable and cruel. Alongside bringing the speech of enslavement victims, the novel assumes a critical posture through the narrator, the presentation of the historical context and the narrated events.

Keywords: Slavery regime representation; Maria Firmina dos Reis; *Úrsula*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 MARIA FIRMINA DOS REIS E O ROMANTISMO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DA PIONEIRA ABOLICIONISTA PARA A LITERATURA BRASILEIRA	15
3 ÚRSULA E A DENÚNCIA AO SISTEMA ESCRAVOCRATA	22
3.1 Escravidão brasileira: a desumanização do negro	22
3.2 O personagem Túlio: uma ruptura de estereótipos	35
3.3 A preta Susana: uma narrativa de denúncia à escravidão	44
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

O romance *Úrsula*, publicado em 1859 por Maria Firmina dos Reis (1822-1917), sob o pseudônimo de “uma maranhense”, é o objeto de análise nesta pesquisa. O estudo da obra nos permite compreender alguns dos aspectos da condição de negros e principalmente das mulheres negras no século XIX. A partir de personagens que falam de lugares socialmente marginalizados, a autora abolicionista traz à luz discursos silenciados que, elucidados, nos permitem refletir criticamente sobre a escravidão como sistema que permitiu a opressão do povo africano em nosso país e a construção de uma sociedade racista em toda a sua estrutura. A obra sofreu apagamento na historiografia literária, porém revisitá-la nos permite refletir sobre a escravidão e, sobretudo, conhecer a perspectiva de personagens vítimas desse sistema. Partindo da hipótese de que o romance contém, além do enredo principal, narrativas protagonizadas por personagens secundários, que apresentam relatos de suas vivências, compreendemos que estes personagens mostram a escravidão da perspectiva das vítimas, o que torna o romance pioneiro na temática abolicionista de denúncia a escravidão. As narrativas mostram com verossimilhança como o sistema escravocrata subjugou e destruiu a vida de muitas pessoas.

Este estudo tem como objetivo resgatar na obra *Úrsula* relatos e personagens historicamente silenciados, visando refletir sobre a escravidão e suas consequências, além de realizar um estudo do Romantismo brasileiro no qual esteja inserida a obra, como pioneira na denúncia às chagas do regime escravocrata no Brasil, considerando que foi escrita por Maria Firmina dos Reis, primeira romancista negra brasileira. Traçamos um percurso de acompanhamento dos personagens Túlio e Susana para perceber suas trajetórias como pessoas escravizadas ao longo da narrativa e o quanto isso é tristemente determinante em suas vidas. Mais ainda, compreenderemos a personagem Susana como mulher negra escravizada que apresenta um discurso crítico sobre a escravidão e nostalgia de sua liberdade e país de origem. Dessa forma, selecionamos e analisamos trechos da obra, onde a escravidão é retratada através das narrativas e relatos dos personagens secundários que foram vítimas desse sistema, ou seja, que foram escravizados.

Maria Firmina dos Reis é pioneira na literatura abolicionista e também na estética do Romantismo no Brasil: essa é a justificativa maior que nos move. Em *Úrsula*, inicialmente a escritora nos apresenta um enredo característico da estética do Romantismo, com a presença da figura feminina como donzela e o cavaleiro, que se apaixonam e lutam por um amor impossível. Porém, nos primeiros capítulos podemos perceber nas entrelinhas que a figura de Túlio rompeu com os estereótipos com os quais as pessoas negras escravizadas eram vistas. Esse fato justifica uma leitura mais aprofundada da obra. Logo adiante temos a apresentação de outros personagens secundários, como Susana, que faz um relato bem mais explícito da condição de escravizada e das mazelas do sistema escravocrata. Dessa forma, a autora negra, jornalista e professora dá voz a personagens que representam as pessoas negras que foram sequestradas de seu país de origem e transportadas nos navios negreiros em condições degradantes, de forma que muitas delas não resistiram à viagem, por serem tratadas como mercadorias baratas que podem ser mal armazenadas e perdidas com pouco prejuízo.

Assim, *Úrsula* configura-se como uma obra abolicionista de denúncia à opressão de determinado povo pelo sistema escravocrata que, mesmo chegando ao fim depois de muita luta, deixou como sequela um sistema estruturalmente racista, que continua reinventando formas de oprimir e de se fortalecer através de vidas negras. Nesse sentido, nossa proposta de abordagem para esse projeto prima pelo método dedutivo, por meio de leitura literária em fonte primária, o romance *Úrsula*, onde serão analisadas as narrativas construídas no discurso dos personagens secundários, principalmente Túlio e Susana, além da forma como são representados por Maria Firmina dos Reis, como personagens dotados de discurso e historicidade, algo revolucionário, considerando o contexto romântico da obra.

Como historiografia literária sobre o Romantismo, será observado o livro *O Romantismo no Brasil* (2002), de Antonio Candido (1918-2017). O autor considera que o Romantismo brasileiro representa um momento no qual “os autores assegurariam uma literatura propriamente nacional” (CANDIDO, 2002, p. 50), pois abordavam elementos característicos, como “temas e paisagens locais” (CANDIDO, 2002, p.94). Candido (2002) ressalta a importância das narrativas em prosa, que apresentavam a realidade com verossimilhança e de maneira mais acessível ao público leitor. Na obra *Úrsula*, temos, além da ambientação e a exaltação das

paisagens naturais, o pioneirismo na temática abolicionista. A autora apresenta personagens escravizados dotados de sentimentos, história e discurso. E, dessa forma, descreve a escravidão e o povo negro de forma revolucionária.

Em *História Concisa da Literatura Brasileira* (2010), de Alfredo Bosi (1936-2021), há o Romantismo visto como instrumento político para além dos “olhos românticos”. Bosi (2010) afirma que “por trás da fachada de amor à pátria, houve expressões diversas de grupos diversos [...] não sendo possível construir para todas uma linha simples de evolução (BOSI, 2010, p. 170). Nesse sentido, devido à grande diversidade presente no país, os autores teriam diferentes visões e manifestações em suas obras e, ainda assim, essas poderiam ser consideradas nacionalistas. A obra escrita por Maria Firmina dos Reis manifesta o pensamento abolicionista na construção dos personagens, na representação da escravidão e no posicionamento crítico da narradora.

Por meio do livro *A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revisitando o cânone* (2016), de Algemira de Macêdo Mendes, um estudo sobre a trajetória da escritora maranhense, seu lugar nas histórias literárias e sobre a obra *Úrsula*. Após isso, faremos uma visita ao cânone, a fim de compreender o lugar que a escritora ocupa na história da literatura brasileira, de que forma sua obra traz a representação de questões sociopolíticas e culturais de seu tempo, bem como seu lugar de fala e sua contribuição para a formação do pensamento abolicionista brasileiro. Mendes (2016) considera que é difícil recuperar o percurso da escritora Maria Firmina dos Reis, já que há um silêncio com relação à sua produção nas histórias analisadas, mesmo com sua participação ativa no cenário da vida cultural maranhense, verificada a partir dos jornais da época.

Para contextualização sobre a escravidão brasileira, o livro *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte* (1990), de Sidney Chalhoub, resgata nomes e histórias das vítimas da escravidão. A partir da leitura do livro podemos perceber de que forma o sistema escravocrata funcionava. O autor apresenta narrativas analisadas e contextualizadas a partir de documentos históricos, além do pensamento de estudiosos como Perdigão Malheiro, escritor e historiador brasileiro que publicou estudo sobre a escravidão na década de 1860, onde “demonstra que o cativo se encontra reduzido à condição de coisa, sujeito ao

poder e domínio ou propriedade de um outro, é havido por morto, privado de todos os direitos, e não tem representação alguma” (CHALHOUB, 1990, p.36). Além disso, Chalhoub (1990) problematiza algumas visões desses estudiosos sobre a escravidão e o comportamento dos escravizados. Os castigos severos, além das perdas emocionais e físicas, que são descritos por Susana e Túlio, personagens de *Úrsula*, são considerados pelo escritor e historiador como ocasionadores da resistência dos escravizados ao sistema.

Tomaremos por base as teorias presentes nos livros *Pele negra, máscaras brancas* (2008) e *Os Condenados da Terra* (1968) do psiquiatra, escritor e militante político Frantz Fanon (1925-1961). As duas obras trazem as problemáticas da colonização. Em *Pele negra, máscaras brancas*, o autor discorre sobre a imposição da linguagem dos colonos como forma de dominação dos povos colonizados e ainda sobre o complexo de inferioridade produzido nos negros através da colonização, da escravidão e da internalização da visão do negro como símbolo de tudo que é negativo. O autor faz análises psiquiátricas considerando os diagnósticos sociais e conclui que o racismo presente no inconsciente coletivo é construído socialmente através de uma estratégia de dominação produzida pelos colonizadores/brancos. Em *Os Condenados da Terra*, Fanon (1968) analisa os traumas produzidos nos negros que foram torturados e sofreram violências físicas e psicológicas do colonialismo. O autor disserta sobre a colonização na Argélia e na África e o processo histórico de descolonização desses povos.

A contextualização e as teorias que abordam a escravidão buscam demonstrar o processo violento de dominação dos povos africanos que também é descrito na obra *Úrsula*, através do discurso da narradora e dos personagens negros, como Susana que relata o dia em que foi sequestrada de seu país, viajando ao lado de “mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio” (REIS, 2018, p.74). A personagem conta que foram “trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é necessário à vida” (REIS, 2018, p.74). A partir do estudo da historiografia literária e do contexto histórico da escravidão brasileira, é possível perceber que os personagens secundários e suas histórias, presentes na obra *Úrsula*, apresentam verossimilhança com a realidade. Sendo assim, a obra se configura como pioneira nas temáticas

relacionadas à escravidão brasileira pelo viés abolicionista e, além disso, dá voz às vítimas da escravidão, que enfrentavam diversos tipos de silenciamento.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, a começar pela introdução. No segundo capítulo, intitulado “Maria Firmina dos Reis e o Romantismo no Brasil: contribuições da pioneira abolicionista”, apresentamos o contexto e as características do Romantismo brasileiro presentes em *Úrsula*, com destaque para o apagamento de Maria Firmina dos Reis e sua obra das historiografias literárias e as contribuições da autora à literatura brasileira. O terceiro capítulo, “*Úrsula* e a denúncia ao sistema escravocrata”, se divide em três subtópicos. O primeiro, cujo título é “Escravidão brasileira: a desumanização do negro”, apresenta o contexto histórico da escravidão brasileira e as teorias de Sidney Chalhoub (1990), com seu estudo sobre o funcionamento do sistema escravista e a trajetória de negros e negras que foram escravizados no Brasil, além das teorias de Frantz Fanon (1968;2002) sobre o colonialismo, a escravidão e as consequências políticas, sociais e psiquiátricas desses fatos históricos.

Ainda no terceiro capítulo, no segundo e terceiro subtópico, intitulados, respectivamente, “O personagem Túlio: uma ruptura de estereótipos” e “A preta Susana: uma narrativa de denúncia à escravidão”, ocorre a análise da obra *Úrsula*, onde são apresentadas as trajetórias de Túlio e Susana, personagens negros escravizados que são retratados de forma humanizada, para além dos modelos comuns em outras obras do período e no imaginário dos leitores. A pesquisa aponta a forma como Maria Firmina dos Reis descreveu seus personagens, rompendo preconceitos e estereótipos, além do destaque dado à história e ao discurso político abolicionista dos personagens, em especial Susana que faz um relato de toda a violência que sofreu como escravizada, desde o sequestro na África, onde foi obrigada a deixar sua família, a viagem nos navios negreiros, até a chegada ao Brasil, onde foi vendida e teve que suportar a crueldade dos “senhores”. Os trechos analisados ganham destaque por tornar a obra um instrumento de denúncia as injustiças da escravidão. O quarto capítulo corresponde às considerações finais, onde são apresentados resultados, conclusões, contribuições e possibilidades de ampliação da pesquisa.

2 MARIA FIRMINA DOS REIS E O ROMANTISMO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DA PIONEIRA ABOLICIONISTA PARA A LITERATURA BRASILEIRA

Historicamente, o Romantismo ocorreu simultaneamente aos diversos movimentos nacionalistas na Europa e nas Américas, onde vários países deixaram de ser colônia e estavam preocupados em construir uma identidade cultural. Segundo a “teoria das duas literaturas”, as nações da civilização ocidental teriam duas literaturas: a primeira seria a clássica, elaborada com base na tradição greco-latina, já a segunda, romântica, cresceria a partir do “gênio de cada nação” (CANDIDO, 2002). Os intelectuais buscavam construir uma literatura nacional para representar o país. E, dessa forma, garantir que ele fosse independente culturalmente também. Como consequência disso, houve a tentativa de abandonar a tradição greco-latina e criar uma arte autêntica, capaz de representar a nação. O objetivo era romper com o clássico ou com a coexistência e dar voz a uma literatura nacional que representasse o país.

O Romantismo brasileiro teve como marco inicial a publicação do livro *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães (1811-1882), no ano de 1836. Segundo Candido (2002), a escola literária traria um interesse por temáticas nacionais. Dessa forma, a literatura brasileira se tornou mais nacionalista, preocupada em abordar, analisar e refletir sobre assuntos locais. No caso do Brasil, essa literatura traria primeiramente a temática dos indígenas, trazendo o colonizador “homem branco” como civilizado e o indígena como selvagem. Além disso, as descrições da natureza, com a exaltação das paisagens locais, e, posteriormente, a temática do sertanejo e do negro, conforme ilustra a citação abaixo:

o Romantismo brasileiro foi inicialmente (e continuou sendo em parte até o fim) sobretudo nacionalista. E nacionalismo foi antes de mais nada escrever sobre coisas locais. Daí a importância da narrativa em prosa, maneira mais acessível e atual de apresentar a realidade, oferecendo ao leitor maior base de verossimilhança e, com isso, aproximando o texto da sua experiência pessoal (CANDIDO, 2002, p. 39-40).

No trecho destacado, Cândido comenta que o nacionalismo esteve presente no Romantismo, em cada uma de suas fases, sendo a base da estética nacional. Isso explica o interesse pelas temáticas e questões sociais que estavam ocorrendo no Brasil do século XIX e também a exaltação das paisagens locais que ambientam

as obras. Além disso, destaca a importância da narrativa em prosa, um modelo textual bem mais descritivo, onde os escritores poderiam apresentar as paisagens locais de forma mais detalhada, como os romances publicados no formato de folhetins, que ganharam mais destaque nesse período. Por ser capaz de representar “a realidade” com mais verossimilhança, esses textos foram importantes para construir narrativas capazes de apresentar aos leitores aquele país.

O Romantismo trouxe, de forma dinâmica, o mito da nação e do herói para conquistar independência e reger os tempos futuros, ou seja, difundir ideias nacionalistas. E através da arte, essa estética deveria permitir que o país construísse um legado próprio, como comenta Bosi (2010, p.103) “o Romantismo dinamizou grandes mitos: a nação e o herói. A nação afigura-se ao patriota do século XIX como uma idéia-fôrça que tudo vivifica”. Através do nacionalismo e patriotismo, a arte daquele país poderia se tornar maior. Além disso, “o romance romântico brasileiro dirigia-se a um público mais restrito do que o atual” (BOSI, 2010, p.141), caracterizado como moços e moças de classes altas e raramente de classes médias, “eram os profissionais liberais da côrte ou dispersos pelas províncias” (BOSI, 2010, p.142). Esses leitores aprovaram as transformações na literatura já que conseguiam “reencontrar a própria e convencional realidade e projetar-se como herói ou heroína em peripécias com que não se depara a média dos mortais” (BOSI, 2010, p.142).

O período do Romantismo se divide em três fases ou gerações que se distinguem em alguns aspectos. Na primeira, mais marcada pelo nacionalismo, os autores deram ênfase à imagem dos indígenas, com “as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada” (BOSI, 2010, p. 150). Já o segundo período é considerado “histórico”, a fase do Ultrarromantismo. Para Bosi (2010, p. 150) “representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dêle recebia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de um solo esplêndido”. Ou seja, onde as influências da cultura do colonizador se misturavam às representações da natureza e das paisagens que caracterizam o Brasil, um país que caminhava para a Independência. É nesse período que a mulher é vista e representada como uma donzela ou anjo e o amor é romantizado de forma exagerada, podendo levar à morte se não correspondido. A terceira fase, segundo Bosi (2010, p.150):

a infância de nossa literatura, começada com a independência política, ainda não terminou; espera escritores que lhe dêem os últimos traços e formem o verdadeiro gosto nacional, fazendo calar as pretensões, hoje tão acesas, de nos recolonizarem pela alma e pelo coração, já que não o podem pelo braço.

Alfredo Bosi compreende a terceira fase do romantismo como inacabada, já que ela representa o momento de construção de uma literatura feita com traços puramente nacionais. Após abandonar as influências dos colonizadores, a arte brasileira poderia romper com a colonização e ir além da Proclamação da Independência. E, assim, se tornar um país de alma e coração livres, ou seja, um país culturalmente independente. E é na terceira fase que surgem na literatura brasileira as questões sociais da época, principalmente relacionadas à escravidão dos negros no Brasil. A introdução dessas problemáticas permite que a ficção possa representar o país por completo. E como comenta Bosi (2010), os próximos escritores seriam os responsáveis pela construção dos últimos traços da literatura de gosto nacional.

O romance *Úrsula* se alinha ao Romantismo historiográfico, pois traz em si aspectos dessa escola literária. Dentre eles, podemos destacar a descrição da natureza, com a ambientação e a valorização das paisagens locais que compõem o espaço onde se passa a obra. Elas são descritas logo no primeiro capítulo, quando a narradora descreve e enaltece o ambiente que compõe a cena inicial: “são vastos e belos os nossos campos [...] são qual vasto deserto, majestoso e grande como o espaço, sublime como o infinito. E sua beleza é amena e doce” (REIS, 2018, p. 17). A autora usa adjetivos positivos para definir o ambiente onde a narrativa irá se desenvolver. A exaltação das paisagens locais era frequente nas obras, como afirma Mendes (2016, p.94): “A valorização desse elemento coincide com o início da afirmação da nacionalidade, tema freqüente nas narrativas dos séculos XIX”. O elemento de afirmação da nacionalidade é um aspecto encontrado nas obras do Romantismo, que retratavam o Brasil com a pretensão de exaltar suas belezas.

Segundo Mendes (2016), apesar da autora não revelar explicitamente onde se passa o enredo de *Úrsula*, suas descrições indicam o Maranhão, pela abundância de palmeiras e a vegetação típica da região. Na época em que o contexto foi ambientado, o Maranhão era visto como uma província promissora na economia e na cultura. Mas, apesar desse cenário, a vida da população, principalmente dos

escravizados, era muito conturbada. Os acontecimentos relatados na obra revelam lesões na sociedade. Além do ambiente externo da natureza, retratado de forma idealizada, com a presença de elementos de luz, a narradora traz espaços interiores sombrios, como o convento, uma representação de clausura, o navio negreiro, descrito por Susana, e a senzala, retratada por Túlio.

Outra característica do Romantismo na obra de Maria Firmina dos Reis é o uso de uma linguagem lírica erudita. Ela foi uma das responsáveis por “dar voz aos que não tinham meio de exprimir-se em nível erudito” (CANDIDO, 2001, p.95). Além disso, a obra traz o ultrarromantismo, exagerado e dramático, com a figura da donzela e do cavaleiro que se apaixonam à primeira vista. Porém, apesar das narrativas da época priorizarem os finais felizes que agradavam o público feminino, *Úrsula* tem um final longe do esperado. A personagem principal não consegue viver com seu amor, “a loucura e a morte de Úrsula acabam com qualquer perspectiva do esperado final feliz” (MENDES, 2016, p.98). Dessa forma, a autora relembra ao leitor que a vida das mulheres no Brasil, mesmo as “donzelas” brancas, não era fácil. Sua obra representa o lado mais crítico do romantismo, comentado por Bosi (2010, p.170):

para evitar que vejamos o Romantismo com olhos românticos e que a história vire tautologia, convém tentar uma análise diferencial do fenômeno. Por trás da fachada de amor à pátria, houve expressões diversas de grupos diversos que, pela estrutura em arquipélago do país, aparecem às vezes em tempos díspares não sendo possível construir para todas uma linha simples de evolução.

Em se tratando da temática da negritude e sua exploração na condição de pessoas escravizadas, houve um grande silenciamento dos escritores. Dentro do contexto da escravidão, as representações de personagens negros costumavam vir acompanhadas dos estereótipos com os quais a sociedade enquadrava o povo africano. Segundo Mendes (2016, p.99) “a literatura do século XIX, produzida ainda sob a vigência do período escravocrata, silencia sobre o negro que, quando não omitido, aparece somente destacado por características estereotipadas”. Entre elas “sensualidade, luxúria, comportamento bestial ou servil, ou então é representado com sentimento de piedade e comiseração diante da situação do cativo” (MENDES, 2016, p.99). Diferente de obras como *As vítimas algozes* (1869), de Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães (1825-

1884), *O comendador* (1856), de Pinheiro Guimarães (1832-1877), e outras, em *Úrsula* a autora adotou um posicionamento antiescravista explícito tanto pelo discurso quanto pela construção da obra, que consegue revelar lesões da sociedade do século XIX. Então, a partir desse posicionamento, a autora elabora o enredo de um romance romântico capaz de retratar de forma realista, como plano de fundo da obra, o contexto histórico da escravidão:

Maria Firmina dos Reis, com a sua obra, deu ao negro uma configuração até então negada: a de ser humano privilegiado, portador de sentimentos, memória e alma. Não coisas obsoletas, como a ideologia dos escravocratas os faziam acreditar, sempre subestimando a capacidade da raça africana. É aí que se concentra seu grande mérito e originalidade. (MENDES, 2016, p.100)

Como afirma Mendes (2016), no romance de Maria Firmina dos Reis, a forma como o negro é retratado se distingue do que pregavam os escravocratas. Além dos personagens escravizados expressarem suas dores e sentimentos, também argumentam e fazem críticas ao regime escravocrata. Diferente do estereótipo presente em outras obras da época, “a autora introduz a imagem do escravo bom, fiel, que, apesar da escravidão, não está embrutecido” (MENDES, 2016, p.102). Podemos perceber isso a partir do personagem Túlio, que é retratado desde o início da narrativa como bondoso e fiel. A narradora deixa evidente que mesmo sofrendo com a escravidão, o personagem preservou a generosidade e seu coração puro.

A historiografia literária mostra que no Maranhão as primeiras manifestações contra a escravidão através da literatura foram nos sermões do Padre Antonio Vieira, que viveu alguns períodos na região (entre 1653 e 1654 e entre 1655 e 1661). Depois, somente no século XIX, o poeta maranhense Gonçalves Dias (1823-1864) escreveu *Meditação* (1850) e o poema *A escrava*. Além dele, outros autores também exploraram a temática, mas a primeira mulher a registrar essa temática foi Maria Firmina dos Reis, um protagonismo que por muito tempo não foi reconhecido (MENDES, 2016).

Revisitando o cânone através da obra de Mendes (2016) podemos perceber que a obra da maranhense sofreu apagamento. Escritores como Alfredo Bosi, Antonio Candido, Massaud Moisés, e outros, não citam a escritora em suas obras de historiografia literária, apesar de ela ser a primeira mulher negra a publicar um romance no Brasil, em um período onde tanto os negros quanto as mulheres negras

eram considerados inferiores, estando ela em condição de mulher e negra, dificilmente teria a instrução necessária para escrever uma obra literária, algo que a própria escritora demonstra no prólogo da obra:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros. e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2018, p.15).

Como demonstra, através do prólogo de sua obra, a maranhense educadora tinha consciência da sua situação na sociedade brasileira. A condição de mulher de “educação acanhada” poderia definir o interesse pelo seu livro. Como previsto pela própria escritora, o seu pioneirismo é ignorado. Em seus estudos, Mendes (2016) encontrou apenas dois escritores que a mencionaram, Sílvio Romero e Wilson Martins. O primeiro se refere à Maria Firmina ao citar “52 escritores que fazem parte do Parnaso Maranhense em uma nota de rodapé no qual a autora participa com três poemas” (MENDES, 2016, p.34). O segundo cita a escritora em duas de suas obras, na primeira de forma “desinteressada”, com equívocos no ano de publicação de sua obra e depois questionando seu pioneirismo. Segundo Mendes (2016), no Brasil colonial, “à medida que se modificava o sistema literário, desaparecia a menção a escritoras, como se fossem tornando-se descartáveis tanto as que produziram ficção como poesia” (MENDES, 2016, p.28). Nesse contexto, onde “poucas mulheres eram alfabetizadas e tinham acesso à educação, a publicação do romance *Úrsula*, em 1859, por Maria Firmina dos Reis, por si é uma exceção no cenário literário” (MENDES, 2016, p.30).

Maria Firmina dos Reis tratava de “assuntos negados por escritores do seu tempo e revela uma veia abolicionista, articulada com o contexto das relações econômicas, sociais e culturais da época” (MENDES, 2016, p.28). Podemos perceber o abolicionismo em obras como *Úrsula*, seu romance inaugural e objeto desse estudo, e em outras obras como o conto “A escrava”. Além disso, apesar de seus familiares comprarem negros que foram escravizados, Maria Firmina dos Reis se mostrava sempre contrária à escravidão de seus semelhantes. Mendes (2016)

conta um episódio quando a escritora passou em um concurso público e tornou-se a Primeira Mestra Régia:

Em 1847, ao disputar vaga em concurso, Maria Firmina tornou-se a Primeira Mestra Régia, ou seja, primeira mestra concursada de Guimarães. Por ocasião desse fato, a família da escritora ficou orgulhosa e, querendo homenageá-la, providenciou um palanquim, para que ela fosse transportada pelas ruas da São Luís, com destino a cerimônia de entrega do Ato de Nomeação. Exclamou que “ia a pé porque negro não era animal para andar montado em cima dele” (MENDES, 2016, p.29).

Além da crítica presente em sua obra, a Mestra Maria Firmina dos Reis, através de fatos de sua vida, demonstra ter sido uma mulher com consciência política e social, diferente dos padrões de sua época. Neste trabalho, tratamos dos aspectos políticos e sociais presentes em sua obra. Em *Úrsula*, a escritora maranhense contribuiu na construção de um romance que trouxe à tona problemáticas da sociedade brasileira e deu voz àqueles que sofriam com as injustiças do sistema, os negros e as mulheres. Sua obra foi capaz de unir a estética romântica e a crítica social sem reproduzir os estereótipos comuns na literatura produzida na época. O romance é um exemplo de obra onde, apesar de enaltecer as paisagens locais, construir personagens e uma narrativa romântica, não deixa a realidade de fora. Seu diferencial está na crítica à escravidão e a situação da mulher no século XIX.

Apesar do silêncio de outros autores naquele contexto, a escritora traz em sua literatura uma visão menos ingênua da realidade e faz uma crítica social abolicionista. Segundo Mendes (2016, p.49): “a autora aponta o caminho do romance romântico como atitude política de denúncia de injustiças há séculos presentes na sociedade patriarcal brasileira e que tinha no escravo, no índio e na mulher suas principais vítimas”. Dessa forma, a obra *Úrsula* se distingue de outras obras, mesmo trazendo as características do Romantismo, pela forma como representa a escravidão e permite que o leitor conheça a sociedade brasileira do século XIX. Portanto, como pioneira abolicionista, a obra da escritora maranhense foi uma grande contribuição social e política não apenas para a História da literatura brasileira, como também para a História do Brasil.

3 ÚRSULA E A DENÚNCIA AO SISTEMA ESCRAVOCRATA

Neste capítulo, apresentaremos o contexto histórico da escravidão abordada na obra em análise, em conjunto com as teorias que mostram as consequências desse sistema, no qual os negros foram sequestrados, torturados, privados do contato com seus familiares e afastados de sua cultura e pátria para serem escravizados. As teorias fundamentam o discurso abolicionista pautado pelo anticolonialismo e às denúncias feitas por Maria Firmina dos Reis através de sua obra. Posteriormente, analisaremos as narrativas secundárias presentes em *Úrsula*, através de trechos da obra que descrevem de forma crítica a escravidão, desde o sequestro dos negros africanos até a crueldade do sistema escravocrata brasileiro. Além de demonstrar a forma como o destino dos escravizados é dolorosamente definido pelo branco colonizador.

3.1 Escravidão brasileira: a desumanização do negro

Em 1532, a sociedade brasileira se organizou econômica e civilmente aos moldes do colonizador. Segundo Freyre (2003, p.65), a sociedade formada era “agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio - e mais tarde negro - na composição”. Em Portugal havia uma escassez de “capital-homem”. Com uma população pouco numerosa, a mão de obra era limitada. Entre os segredos que explicam a “vitória” de Portugal na exploração das terras onde habitavam os indígenas estava a mobilidade, sem ela não se explicaria o “sucesso” de “um Portugal quase sem gente, um pessoalzinho ralo, insignificante em número - sobejo de quanta epidemia, fome e sobretudo guerra” (FREYRE, 2003, p.70). Segundo Freyre (2003), a capacidade de mobilidade explica o país ter “conseguido salpicar virilmente do seu resto de sangue e de cultura populações tão diversas e a tão grandes distâncias umas das outras” (FREYRE, 2003, p.70). A escassez de mão de obra foi suprida com a grande mobilidade e miscibilidade. Ou seja, o país compensou o problema de ter uma população pequena com a capacidade de exploração em longas distâncias e conseguiu, de forma cruel, a dominação de grandes espaços.

Os portugueses se empenharam em fazer filhos onde chegavam, na África ou América, uma atividade violenta estimulada por razões econômicas e políticas. Para isso, os indivíduos de valor eram “deslocados pela política colonial de Lisboa, como peças em um tabuleiro de gamão: da Ásia para a América ou daí para a África, conforme conveniências de momento ou religião” (FREYRE, 2003, p.70). Entre estes indivíduos havia guerreiros, administradores e técnicos na fabricação de açúcar. Além deles, “transportavam-se da África para o trabalho agrícola no Brasil nações quase inteiras de negros” (FREYRE, 2003, p.70). Como conta a personagem Susana em *Úrsula*, os colonizadores portugueses foram responsáveis pelo sequestro de muitos africanos, levados ao Brasil nos chamados “navios negreiros”, em condições degradantes de sobrevivência e amontoados uns nos outros.

Segundo Freyre (2003), além da capacidade de mobilidade, com a qual grande parte da população escravizada foi levada ao Brasil nos anos seguintes, os portugueses usavam o processo de “miscibilidade” como nenhum outro povo colonizador. E, dessa forma, se multiplicaram em filhos mestiços e compensaram o pequeno volume de população humana que tinham para a colonização e o trabalho escravo em grandes áreas, como o Brasil. Não à toa, a população de negros escravizados chegou a constituir mais da metade da população do Rio de Janeiro durante a década de 1830 (CHALHOUB, 1990). Os portugueses sequestraram tantos negros para o Brasil que mesmo com tantas mortes durante a viagem, houve um momento onde os negros vindos da África e nascidos aqui constituíam a maior parte da população do país. Esse povo foi responsável por erguer o país, com muito suor e sangue, em um processo que custou muitas vidas, condenadas às péssimas condições de sobrevivência, trabalho escravo e violência.

As mulheres negras sofriam abuso e exploração sexual para que o plano da miscigenação fosse executado. Nesse processo, as mulheres negras de pele mais escura eram objetificadas, consideradas aptas apenas ao trabalho e à exploração. Já as mulheres negras de pele mais clara passaram a ser sexualizadas, vistas como objeto de desejo pelos portugueses. Porém, para eles, estas não serviam para o casamento. Apenas a mulher branca era considerada “digna” de construir família com os colonizadores (FREYRE, 2003). Chalhoub (1990), logo no início de seu livro *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, alerta ao leitor que a visão romantizada e não-violenta da escravidão dos negros no Brasil

já foi vencida pelos intelectuais e pela produção acadêmica da década de 1960 e 1970. E o que se pode encontrar em seu estudo são:

encontros cotidianos com negros espancados e supliciados, com mães que têm seus filhos vendidos a outros senhores, com cativos que são ludibriados em seus constantes esforços para a obtenção da liberdade, com escravos que tentam a fuga na esperança de conseguirem retomar à sua terra natal. As histórias são muitas e seria preciso uma dose inacreditável de insensibilidade e anestesia mental para não perceber aí muito sofrimento (CHALHOUB, 1990, p.35).

Essas histórias de muito sofrimento representam a escravidão e grande parte da História do Brasil, erguida pelas mãos de africanos e indígenas escravizados pelos colonos. O autor traz a visão de Perdigão Malheiro, que demonstra em seu estudo sobre a escravidão que “o cativo se encontra reduzido à condição de coisa, sujeito ao poder e domínio ou propriedade de um outro, é havido por morto, privado de todos os direitos, e não tem representação alguma” (MALHEIRO *apud* CHALHOUB, 1990, p.36). Além dos escravizados serem reduzidos a condição de “coisa”, os sentimentos lhes eram negados, inclusive o fraterno, de família. Eram tratados como animais irracionais, muitas vezes marcados com ferro quente, por castigo ou simplesmente para sinalizar a propriedade, como o gado. No fragmento a seguir, Malheiro expõe a crença de que diante da “coisificação”, o escravizado pode até mesmo acreditar que é inferior:

Sem consideração alguma na sociedade, perde o escravo até a consciência da dignidade humana, e acaba quase por acreditar que ele não é realmente uma criatura igual aos demais homens livres, que é pouco mais do que um irracional. E procede em conformidade desta errada crença, filha necessária da mesma escravidão. Outras vezes o ódio, a vingança o excitam a crueldades (MALHEIRO *apud* CHALHOUB, p.36).

Segundo Perdigão Malheiro (*apud* Chalhoub, 1990), diante de uma sociedade que desconsidera seu valor, o negro escravizado pode até acreditar que realmente não é igual aos homens livres e que sua natureza é servir ao branco colonizador. Ou, movido pelo ódio e o sentimento de vingança, pode se virar contra esse sistema. Chalhoub (1990) comenta que o problema da coisificação dos escravizados é mais abrangente, já que a “definição legal do escravo como “coisa” se transforma também numa condição social, havendo aqui a pretensão de apreender ou de descrever a experiência histórica desses negros” (CHALHOUB, 1990, p. 36-37). O fato é que a

“coisificação” desses homens é um problema e se torna uma condição social imposta que leva os negros a serem vistos como mercadoria. A crença de que os negros são, por natureza, inferiores aos brancos é a “filha” da escravidão, que além de legitimar esse discurso e sistema, garantiu que a opressão contra esse povo fosse renovada de geração a geração até a atualidade. Na visão de Perdigão Malheiro, comentada por Chalhoub (1990, p. 37): “os proprietários pareciam quase acreditar que estavam lidando com criaturas que se assemelhavam ao gado, e o tratamento dispensado aos negros era em vários aspectos idêntico ao dado às bestas”. Para os senhores, os negros escravizados eram realmente semelhantes ao gado, usados para servi-los e sem condições nenhuma de viver como humanos em sociedade. Outra ideia proposta por Perdigão é comentada por Chalhoub (1990):

o próprio cativo introjeta a noção de que a sua inferioridade em relação ao homem livre é algo natural, e de que o escravo age segundo a crença de que “é pouco mais do que um irracional”. A última frase sugere que é só através do “ódio” e da “vingança”, que os negros negam essa consciência passiva que parecem ter de sua condição (CHALHOUB, 1990, p. 37).

É importante ressaltar que à resistência dos negros e negras não deve ser encarada como “vingança” ou uma atitude irracional, já que se trata de uma reação à violência e opressão que sofriam. Chalhoub (1990) comenta que a visão do negro como irracional leva a crer que é somente através do ódio e do embrutecimento que os negros negam a condição imposta pelos brancos. O autor demonstra posteriormente em seu estudo que a “violência da escravidão não transformava os negros em seres “incapazes de ação autonômica”, nem em passivos receptores de valores senhoriais, e nem tampouco em rebeldes valorosos e indomáveis” (CHALHOUB, 1990, p.42). E que essa crença é apenas uma opção cômoda. Para ele, criticar a “barbárie social” dos outros tempos desta forma é sugerir que somos “menos bárbaros” atualmente, é a ideia de que evoluímos. O autor comenta ainda que:

A ideia de que “progredimos” de cem anos para cá é, no mínimo, angelical e sádica: ela supõe ingenuidade e cegueira diante de tanta injustiça social, e parte também da estranha crença de que sofrimentos humanos intensos podem ser de alguma forma pesados ou medidos (CHALHOUB, 1990, p.42).

O autor discorre sobre a ideia de progresso como sendo angelical e sádica, já que a escravidão dos negros em conjunto com todas as ideias de “coisificação” e subordinação por raça foi responsável pela produção de diversas injustiças sociais aos descendentes desses que foram escravizados. Além disso, criou estereótipos que permanecem na sociedade até os dias de hoje e coloca os negros como inferiores, agressivos, criminosos, entre outros padrões que fazem com que esse povo seja colocado em lugares de menor prestígio social e que seja a população mais pobre, com a maior taxa de analfabetismo e que mais morre no país. E ainda a maior parte da população carcerária do Brasil (IBGE, 2019). Além disso, garantiu que a autoestima de negros e negras fosse profundamente danificada ao longo da História. As ideias de Perdigão (*apud* Chalhoub, 1990) tinham como objetivo convencer setores mais conservadores da necessidade de abolição da escravidão. Por isso ele comenta a questão por dois ângulos. Para ele, o domínio dos negros é uma questão contrária ao direito natural e a escravidão é uma organização anormal da sociedade, que fere o direito a comunhão social de determinado grupo de humanos (CHALHOUB, 1990).

A ruptura com a escravidão representava, para aqueles que se beneficiavam dela, uma ameaça à defesa da propriedade privada, ao pacto social fundamental entre os proprietários daquela sociedade. Nos documentos estudados por Chalhoub (1990) é possível perceber que perante a sociedade, os negros escravizados eram “como coisas, simples mercadorias a serem negociadas” (CHALHOUB, 1990, p.79). Através de escrituras, inventários, procurações e diferentes ações cíveis foi possível organizar formalmente os atos dos senhores, que se baseiam na ideia de que as pessoas negras podiam ser tratadas como propriedade privada e, portanto, a escravidão era parte do pacto firmado no sacrossanto artigo 179 da Constituição do Império. Dessa forma, a compra e a venda dessas pessoas eram ações comuns e banais, respaldadas pela lei vigente e também pelo imaginário social concebido pela elite, os proprietários e governantes do Brasil colônia (CHALHOUB, 1990).

O autor também mostra os possíveis caminhos apontados por Fernando Henrique Cardoso para os escravizados superarem a experiência da coisificação: “restava-lhes apenas a negação subjetiva da condição de coisa, que se exprimia através de gestos de desespero e revolta e pela ânsia indefinida e genérica de liberdade” (CARDOSO *apud* CHALHOUB, 1990, p. 79). É importante destacar que

não foram dadas as condições necessárias para que os escravizados pudessem falar a respeito das dores provocadas pela escravidão, muito menos para fazer ressoar um discurso contrário a tudo o que lhe foi imposto. Os negros não tinham muitas opções, o que pode tê-los condicionado a serem vistos apenas através do desespero e da revolta. Mas essa imagem do negro insubmisso, que só consegue se expressar através de atos de rebeldia e revolta pode fundamentar a teoria do “escravo-coisa” e levar a “eliminação do negro da condição de sujeito de sua própria experiência histórica” (CHALHOUB, 1990, p. 79), quando na verdade este não tinha muita opção.

Em *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon (2008) traz análises clínicas da psicanálise e diagnósticos sociais, além de analisar obras cinematográficas e literárias em torno das relações entre brancos e negros vítimas da escravidão e do racismo. O autor discorre sobre o “pretensio complexo de dependência do colonizado”, onde há o sentimento de inferioridade e o negro sofre por não ser branco, dado que o branco o impõe uma discriminação. Essa inferiorização que vem do negro é causada pela escravidão e às estruturas sociais derivadas dela. O psiquiatra, quando nos conta sobre um paciente que é “submerso pelo desejo de ser branco”, revela também os motivos que levam aquele homem a desejar ser. Fanon diz que seu paciente:

vive em uma sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade, em uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo, em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça; é na medida exata em que esta sociedade lhe causa dificuldades que é colocado em uma situação neurótica (FANON, 2008, p.95).

O autor faz um estudo psicanalítico e mostra que o complexo de inferioridade não é apenas um problema individual, mas é construído através de diferentes estratégias de colonização, como o apagamento de sua cultura, identidade, civilização e o afastamento do seu povo. Mais adiante, o autor ressalta a importância da linguagem nesse processo de dominação. O aprendizado da língua do colonizador, uma forma de aproximar o colonizado do mundo branco, também era imposto como uma maneira de ser civilizado e se afastar do que eles chamavam de “selvagem”, a cultura do colonizado. Sendo assim, “sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi

imposta” (FANON, 2008, p.104). Fazendo uso de uma linguagem pessoal, o autor revela esses e outros crimes da escravidão:

No início da história que os outros fizeram para mim, colocaram em evidência o pedestal da antropofagia, para que eu me lembre bem. Descreviam meus cromossomos como tendo genes mais ou menos espessos, representando o canibalismo. Ao lado do sex linked descobriase o racial linked. Uma vergonha, esse tipo de ciência! Mas eu compreendo este “mecanismo psicológico”. Pois, como todo o mundo sabe, ele é apenas psicológico, este mecanismo. Há dois séculos eu estava perdido para a humanidade, eternamente escravo (FANON, 2008, p.111).

Fanon faz referência ao termo “sex linked” para dizer que da mesma forma que eram encontradas diferenças genéticas entre os sexos, herdadas desde o nascimento, descreviam os cromossomos dos negros como diferentes, por isso “racial linked”. O autor destaca os argumentos e a “ciência” dos brancos como sendo vergonhosa e um mecanismo psicológico para manipular a situação de forma que sua raça seja favorecida em relação à outra. Para isso, os brancos colocaram em evidência as características que podiam ser consideradas mais primitivas, como forma de mostrar ao mundo que aquele povo era como animais selvagens e, por isso, deviam ser colocados naquele lugar de subordinação. Esses mecanismos produzidos e reproduzidos ao longo da História foram responsáveis por legitimar a escravidão e exploração de outras raças, além de criar, no imaginário coletivo, uma visão do preto e toda a sua cultura sempre como sinônimo de algo ruim, perigoso e até criminoso.

Com o tempo, a ciência concluiu e admitiu que o negro era um ser humano com morfologia e histologia iguais a do branco. Mas ainda assim, o branco continuava inflexível, sem aceitar igualdade e intimidade entre as raças. Para além da razão e da ciência, o negro era visto como além de selvagem, a representação do Mal, do pecado e da sujeira. Segundo Fanon (2008, p.160): “o arquétipo dos valores inferiores é representado pelo negro”. Ou seja, a função do preto na Europa é “representar os sentimentos inferiores”, ao negro é atribuído o papel de representar o lado obscuro da alma. E assim ele é apresentado aos que nascem e vivem nessa sociedade. Dessa forma, o preconceito racial se desenvolve nas profundezas da psique, como afirma o autor: “No inconsciente coletivo do homo occidentalis, o preto, ou melhor, a cor negra, simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome” (FANON, 2008, p.161). Ao entrar em contato com o “mundo

negro”, o Europeu afirmou que eles, os “selvagens”, não só representavam como eram o princípio do mal.

Fanon (2008) enfatiza que o inconsciente coletivo é cultural, portanto, a visão do negro como inferiorizado é adquirida através dos mitos e preconceitos construídos pela Europa. Para a civilização europeia: “o carrasco é o homem negro, Satã é negro, fala-se de trevas, quando se é sujo, se é negro – tanto faz que isso se refira à sujeira física ou à sujeira moral” (FANON, 2008, p.160). Como podemos ver, o autor atribui aos brancos a responsabilidade pela construção de uma sociedade estruturalmente racista, desde a legitimação da escravidão dos negros à geração e reprodução do preconceito de raça, um pensamento internalizado coletivamente que diferencia o negro do branco da seguinte forma:

O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém; e, do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca. Uma magnífica criança loura, quanta paz nessa expressão, quanta alegria e, principalmente, quanta esperança! Nada de comparável com uma magnífica criança negra, algo absolutamente insólito. Não vou voltar às histórias dos anjos negros. Na Europa, isto é, em todos os países civilizados e civilizadores, o negro simboliza o pecado (FANON, 2008, p.160).

Como podemos ver, na medida em que se coloca o negro como a representação do pecado e de tudo o que é negativo, o branco é colocado como símbolo da paz, da bondade e da pureza. Esse julgamento além de provocar no branco uma repulsa pelo negro, também produz um conflito entre os negros, que ao perceberem que o preto é o símbolo do Mal, passam a odiá-lo e a tentar se afastar de tudo o que vem da África também. Mas, em algum momento, o negro se reconhece como negro e para escapar desse conflito, Fanon (2008) apresenta duas possibilidades: pedir aos outros que não prestem atenção em sua cor ou que eles percebam, na tentativa de valorizar o que é considerado ruim. Nessa situação onde o negro é obrigado a escolher em meio a um conflito desumano, a única solução é “passar por cima” do preconceito e afastar às duas possibilidades, pois elas são inaceitáveis. Segundo Fanon (2008, p.166): “Quando o negro mergulha, ou seja, quando ele desce, acontece algo de extraordinário”. Ao desconsiderar a visão do branco sobre si, o negro tem a oportunidade de se enxergar de outra forma. No trecho a seguir, Fanon exalta características do povo preto:

Sim, nós (os pretos) somos atrasados, simplórios, livres nas nossas manifestações. É que, para nós, o corpo não se opõe àquilo que vocês chamam de espírito. Nós estamos no mundo. E viva o casal Homem-Terra! Aliás, nossos homens de letras nos ajudam a vos convencer. Vossa civilização branca negligencia as riquezas finas, a sensibilidade (FANON, 2008, p.116).

As características exaltadas pelo autor são as mesmas usadas para vender a ideia de que era um povo inferior e selvagem. Dessa forma, revela aspectos da cultura negra, como o “casamento” Homem-Terra, que pode ser compreendido como uma valorização da natureza e do corpo em todas as suas manifestações. Além disso, faz uma crítica à civilização branca por negligenciar a sensibilidade e a natureza. E enfatiza: “O branco quer o mundo; ele o quer só para si. Ele se considera o senhor predestinado deste mundo. Ele o submete, estabelece-se entre ele e o mundo uma relação de apropriação” (FANON, 2008, p.117). Os “senhores de escravos” retratados por Maria Firmina dos Reis fazem jus a essa descrição. O comendador, tio de Úrsula, ao ver a beleza da jovem, logo quer possuir e não aceita uma situação diferente, muito menos a vontade dela. E, para além dessa relação, temos a própria colonização e a escravização de outros povos. A terra que não era do branco, ele tomou e destruiu sem pensar nas consequências.

No século XIX, as condições de produção exigiram da camada senhorial o aperfeiçoamento dos trabalhadores. Por isso, os negros passaram a dominar técnicas mais complexas de trabalho. Considerando a visão que se tinha dos negros, esse caminho permitiu que os escravizados revelassem atributos associados à pessoa humana, como a inteligência e habilidades artísticas, o que provocou mudanças importantes na concepção que se tinha dos cativos. Essas transformações foram fundamentais para desintegrar a ordem do sistema escravocrata (CHALHOUN, 1990). Nesse sentido, é importante destacar o papel fundamental dos próprios negros escravizados na conquista de seus direitos e a importância da ascensão social na sociedade que estava sendo formada. O próprio cativo foi responsável por transformar sua autoimagem com o domínio das técnicas e instrumentos de trabalho, o que criou tensões nas percepções sociais de si mesmo. Dessa forma, as ideias abolicionistas ganhavam forma. Na segunda metade do século XIX, o debate sobre a escravidão trazia um conflito entre o direito à propriedade privada, defendida pelos senhores, e os princípios da primazia da liberdade, como podemos ver no trecho a seguir:

Questionar a escravidão do povo negro era ligado ao questionamento sobre os direitos do pacto liberal em defesa da propriedade privada, pois a ideia que se tinha era de que as pessoas escravizadas eram coisas e, portanto, podiam ser consideradas propriedade (CHALHOUB, 1990, p. 99).

Ou seja, a abolição da escravidão entrava em discordância com o pacto liberal de proteção à propriedade privada, um interesse das classes de proprietários, senhores e governantes. Segundo Chalhoub (1990, p. 99) “discutir a liberdade de escravos significava interferir no pacto liberal de defesa da propriedade privada e, além disso, era a própria organização das relações de trabalho que parecia estar em jogo”. Dessa forma, o direito à vida e a liberdade para os negros e negras escravizados no Brasil era questionado e estava nas mãos das classes dominantes. É claro que essa relação só existe porque as pessoas negras eram desumanizadas, tratadas como animais irracionais, e por isso eram vistas como bens materiais que estavam entre as propriedades daqueles que compravam e alimentavam o sistema escravocrata.

Uma das formas de legitimação do controle exercido pelos senhores com seus escravizados eram as condições para conseguir a alforria. Sem considerar as fugas ou outras formas de resistência ao cativo, a única forma de conseguir a libertação era manter um bom relacionamento com seu senhor, já que o ato de alforriar era atribuído a ele. Essa condição era uma política de controle social que tinha como objetivo mostrar aos escravizados que para ser livre, era preciso ser primeiramente obediente, submisso e fiel aos seus algozes. Além disso, concentrar o poder nas mãos dos senhores era uma estratégia de “produção de dependentes”, para que os negros libertos através da alforria continuassem sendo fiéis e submissos aos antigos proprietários (CHALHOUB, 1990).

Chalhoub (1990) explica que ao tentar a liberdade na justiça, contra a vontade de “seus senhores”, os negros corriam o risco de perder, ter que voltar para a casa de seus senhores e enfrentar a raiva ou até uma vingança. Sendo assim, eles permaneciam sempre ligados a cadeia da escravidão. Sem direitos civis, sua liberdade dependia da boa vontade de um homem livre, que muitas vezes só poderia ser seu próprio algoz, aquele que se beneficiava de seu cativo. Então, como poderia o escravizado ter esperanças de alcançar a liberdade quando sua vida estava nas mãos daquele que lucrava com a sua prisão? Isso explica como o desejo

de liberdade da personagem Susana, motivado ainda por suas lembranças de outros tempos, não era o suficiente para que ela tentasse conseguir essa liberdade de volta. Os negros escravizados estavam totalmente desamparados em uma terra desconhecida, privados da liberdade, um direito natural, como indica o trecho abaixo:

Assim como não “adquiriu” a escravidão, o escravo não “adquire” a liberdade: ele sempre conserva a liberdade “pela natureza”, de forma “latente”, e o cativo significa apenas que ele foi vítima de um “fato”, do arbítrio da lei positiva. Ao invés de ser uma organização normal da ordem social, a escravidão é uma invenção histórica contrária ao “direito natural”, uma violação do “estado natural de homem” inerente ao escravo (CHALHOUB, 1990, p. 129-130).

Como apontado, a escravidão do povo negro é uma invenção histórica pautada na violação dos direitos naturais de determinados seres humanos e não pode ser vista como uma organização de ordem social e sim como uma anomalia, um fato histórico contrário aos direitos dados “pela natureza”. Além de ser privado desses direitos, a relação de poder estabelecida pelo senhorio se prolongava até mesmo se estes dessem ao negro sua carta de alforria. Segundo Chalhoub (1990, p. 137), “os senhores quase sempre detinham o direito de revogar alforrias, fossem elas condicionais ou plenas [...] esse fato obrigava o liberto a se manter respeitoso em relação ao antigo senhor”. Muitas vezes os senhores usavam o poder que tinham de revogar a alforria para causar medo e manter o negro obediente. Chalhoub (1990) relata diferentes casos onde o senhor insistia em tirar novamente a liberdade do negro com a justificativa de sua ingratidão.

Ao longo século XIX, ficou cada vez mais difícil para os negros libertos voltarem ao cativo sob a alegação de ingratidão. O livro quarto, título 63 das Ordenações Filipinas previam uma possibilidade de revogar a alforria se o liberto se tornasse “ingrato”. E a definição dessa ingratidão, nesses casos, era se o negro ferisse ou tentasse ferir seu “ex-senhor” ou se de alguma forma o prejudicasse em sua fazenda. E ainda “se o deixasse de socorrer em caso de fome ou necessidade, ou se proferisse injúrias verbais contra o patrono mesmo na sua ausência (CHALHOUB, 1990, p. 137). O sistema não permitia ao preto liberto o uso pleno da “liberdade” porque precisava garantir que eles não se revoltassem contra seus antigos “senhores”. Mas as questões que permanecem são:

até que ponto os escravos assumiam ou introjetavam as representações dominantes sobre a alforria? Em que medida faziam projetos de vida levando em consideração a idéia de que o caminho mais seguro para a liberdade era a obediência e a submissão? (CHALHOUB, 1990, p. 143).

Em seu livro *Os condenados da Terra* (1968), Fanon discorre sobre a colonização e seus graves efeitos na saúde mental das pessoas colonizadas. Para isso, usa exemplos reais da História, onde os Europeus exploraram outras nações e colonizaram seus habitantes. Ao tratar do contexto histórico, político e cultural da colonização na Argélia e África, o autor demonstra que o processo foi violento e mexeu com aspectos psíquicos da população (e que em consequência dessa violência se constrói a descolonização, também violenta). O regime colonial foi legitimado através da força e da violência. Portanto, para Fanon (1968, p.66): “O homem colonizado liberta-se na e pela violência”. O colono se esforça para “bestificar” determinado grupo de humanos e colocá-los em um lugar de subordinação. Por isso, “a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica” (FANON, 1968, p. 31). A libertação do povo colonizado tem início a partir do reconhecimento de sua humanidade, como expressa Fanon (1968) no trecho a seguir:

Então o colonizado descobre que sua vida, sua respiração, as pulsações de seu coração, são as mesmas do colono. Descobre que uma pele de colono não vale mais do que uma pele de indígena. Essa descoberta introduz um abalo essencial no mundo. Dela decorre toda a nova e revolucionária segurança do colonizado. Se, com efeito, minha vida tem o mesmo peso que a do colono, seu olhar não me fulmina, não me imobiliza mais, sua voz já não me petrifica. Não me perturbo mais em sua presença. Na verdade eu o contrario. Não somente sua presença deixa de me intimidar como também já estou pronto para lhe preparar tais emboscadas que dentro de pouco tempo não lhe restará outra saída senão a fuga (FANON, 1968, p.34).

Ao tomar consciência de si como humano, o colonizado percebe que não há razão para que somente os colonos possuam direitos e menos ainda para que sua vida seja considerada inferior. A “descoberta” cria no colonizado as tensões necessárias para a construção dos pensamentos e ações que darão origem à descolonização. É a partir disso que a presença do opressor deixa de intimidar o oprimido e ele se percebe pronto para traçar um plano para reverter sua situação e, de forma coletiva, a colonização ou a escravidão de seu povo. O colonizado, já consciente de que não é um irracional, “dá uma gargalhada cada vez que aparece

como animal nas palavras do outro. Pois sabe que não é um animal. E justamente, no instante mesmo em que descobre sua humanidade, começa a polir as armas para fazê-la triunfar” (FANON, 1968, p. 32). Dessa forma, o oprimido, que nunca coube naquele lugar bestial no qual foi violentamente colocado, sente ainda mais a necessidade de tomar de volta os seus direitos.

Fanon (1968) escreve a respeito da burguesia que, ao se dar conta de que não pode mais exercer seu domínio nos países coloniais, contra ataca através do terreno da cultura, dos valores, das técnicas de trabalho e etc. Para os colonizados esses problemas são secundários, pois o valor mais essencial é a terra da qual garantem o pão e a dignidade. E destaca que essa dignidade não tem a ver com “dignidade humana”, já que enquanto seu povo era colonizado estes valores foram totalmente desconsiderados e não houve moral que os protegesse. Ou seja, nas palavras de Fanon (1968, p. 33): “o que o colonizado viu em seu solo é que podiam impunemente prendê-lo, espancá-lo, matá-lo à fome; e nenhum professor de moral, nenhum cura, jamais veio receber as pancadas em seu lugar nem partilhar com êle o seu pão”. Diante de toda a violação sofrida, sem perspectivas de justiça ou compaixão, a única saída dos colonizados era traçar seus próprios planos de descolonização. Segundo Fanon (1968, p.32):

A violência com que se afirmou a supremacia dos valores brancos, a agressividade que impregnou o confronto vitorioso desses valores com os modos de vida ou de pensamento dos colonizados fazem com que, por uma justa reviravolta das coisas, o colonizado ria com escárnio ante a evocação de tais valores. No contexto colonial, o colono só dá por findo seu trabalho de desencantamento do colonizado quando este último reconhece em voz alta e inteligível a supremacia dos valores brancos. No período de descolonização a massa colonizada zomba desses mesmos valores, insulta-os, vomita-os.

O autor psiquiatra discorre sobre a reviravolta da descolonização, onde um povo que foi reprimido em seus valores e no seu modo de vida percebe que os “valores brancos”, impostos como superiores, não o são de fato. E pela violência e agressividade com a qual esses valores foram impostos, o colonizado, no período de descolonização, trata esses valores com escárnio e zombaria. É importante destacar também que o triunfo final do colonizador está no reconhecimento dado pelos colonizados aos seus princípios. Ou seja, a dominação a partir da força não é suficiente no processo de ocupação e dominação de um povo, é preciso que

também o seu modo de vida seja corrigido. Para que determinada nação seja destruída, é preciso atacar seu povo e a sua cultura, para que cada um daqueles indivíduos que restarem se sintam sozinhos como estrangeiros em outra terra. Desse modo, um processo fundamental para reerguer um povo oprimido é a construção de seus agrupamentos, já que o contato com seu povo fortalece o colonizado, como afirma Fanon (1968, p.35):

Ora, acontece que, durante a luta de libertação, no momento em que o colonizado retoma o contacto com seu povo, essa sentinela factícia é pulverizada. Todos os valores mediterrâneos, triunfo da pessoa humana, da clareza e do Belo, convertem-se em quinquilharias sem vida e sem côr.

No trecho transcrito, o autor afirma que pelo contato com seu povo, o colonizado é capaz de “pulverizar” os valores condicionados pela colonização. E com isso, a “sentinela factícia” se torna desinteressante. Ou seja, os valores coloniais sobrevivem na medida em que o povo colonizado se afasta do seu povo, da sua cultura e do seu modo de vida. Quando essa “solidão” é rompida, esses valores se tornam cada vez mais insignificantes. Desse modo, o povo deseja sua independência e luta pela libertação. Diante disso, o sistema colonial reage como comenta Fanon (1968, p.77): “já que querem a independência, tomem-na e danem-se”. E o país que antes era dominado pelo colono, torna-se um país dependente economicamente. Uma relação que se assemelha a relação entre o negro escravizado e o seu senhor, que produz uma dependência forte o suficiente para que, mesmo livre, o negro não consiga obter sozinho seu sustento e permaneça servindo, obediente e respeitoso, ao seu antigo senhor.

3.2 O personagem Túlio: uma ruptura de estereótipos

Em *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis traz para sua narrativa personagens negros que estão condicionados à escravidão. A romancista o faz sem reproduzir estereótipos comuns na literatura do período da criação da obra. Além disso, diferente de outras obras do Romantismo brasileiro, permite que esses personagens tenham voz e um discurso antiescravista, caracterizado por críticas e testemunhos sobre a crueldade à qual foram submetidas as pessoas negras. O personagem Túlio

aparece logo no primeiro capítulo do livro, quando Tancredo, o jovem branco que se apaixona por Úrsula, sofre um acidente e ele o socorre. A narradora o descreve como um homem de bom coração, apesar de todas as misérias com as quais era obrigado a viver:

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano fervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e em balde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, em balde - dissemos - se revoltava, porque se lhe erguia como barreira - o poder do forte contra o fraco!... (REIS, 2018, p.21).

No trecho podemos destacar a maneira que Maria Firmina dos Reis escolheu para descrever o personagem, como um homem que, apesar de ligado à cadeia e aos maus tratos da escravidão, não apresentava comportamento de um selvagem e, pela sua fisionomia, já demonstrava ser nobre e de “coração bem formado”. A narrativa enfatiza que o homem estava condenado, pois sua revolta diante de sua condição parecia em vão. Segundo Mendes (2016, p.89), “com um tom colérico, o narrador faz uma espécie de denúncia sobre a raça negra e reage não só como porta-voz, mas se inclui nela. Percebe-se no uso da forma verbal na primeira pessoa do plural do modo indicativo do verbo dizer”.

A autora maranhense acrescenta ainda sobre Túlio que “ele entretanto resignava-se; e se uma lágrima a desesperação lhe arrancava, escondia-a no fundo da sua miséria” (REIS, 2018, p.21). Ou seja, Túlio não demonstrava ou lamentava a escravidão e todas as dores que carregava. Ele escondia até as lágrimas que surgiam. A narradora acrescenta que: “assim é que o triste escravo arrasta a vida de desgostos e de martírios, sem esperança e sem gozos!” (REIS, 2018, p.21). Isto é, a condição de Túlio, apresentada pela narrativa, era uma situação comum aos negros vítimas da escravidão e em sua vida não havia muitas esperanças. Além de apresentar um personagem negro e escravizado como um homem bom e não como um selvagem, a autora professora já demonstra consciência sobre a realidade da escravidão logo nas primeiras páginas do romance, como podemos ver no trecho a seguir:

Oh! Esperança! Só a tem os desgraçados no refúgio que a todos oferece a sepultura!... Gozos!... Só na eternidade os anteveem eles! Coitado do

escravo! Nem o direito de arrancar do imo peito um queixume de amargurada dor! (REIS, 2018, p.21).

Quando a narradora considera que a morte é a única esperança de Túlio, como escravizado, encontrar refúgio, revela a realidade sobre a condição não apenas do personagem, mas de todos aqueles submetidos à escravidão, um sistema ainda legitimado na época em que sua obra foi publicada. Como afirma Chalhoub (1990), os negros escravizados eram vistos como animais irracionais, semelhantes ao gado, ou como coisas, por isso eram tratados como mercadorias. Nesse sentido, não havia como um negro ter nenhum tipo de esperança de uma vida mais digna. A escravidão não violentou os negros apenas fisicamente, como também cometeu violências simbólicas com a construção de crenças como a visão do negro como inferior ou selvagem, que foi internalizada como estratégia para justificar a escravidão.

Fanon (2008, p.160) afirma que “ficaríamos surpresos se nos déssemos ao trabalho de reunir um grande número de expressões que fazem do negro o pecado. Na Europa, o preto, seja concreta, seja simbolicamente, representa o lado ruim da personalidade”. Como dito anteriormente, a função do negro era representar o lado ruim das coisas, tanto fisicamente, pela sua cor, como também em suas expressões, assim como a sua cultura ou sua religião, por exemplo. A visão do negro como símbolo do Mal se expressa através da linguagem, por isso Fanon (2008) comenta sobre as expressões que relacionam o negro ao pecado e que já foram internalizadas pelos falantes da língua portuguesa. Dessa forma, o discurso hoje continua sendo reproduzido, mesmo que os falantes da língua não estejam conscientes do significado da expressão e de como esse significado foi construído. O romance da maranhense também apresenta críticas aos cristãos que desconsideravam a máxima defendida pelo seu próprio deus. A crítica à hipocrisia dos valores cristãos é uma postura avançada em um contexto onde a própria Igreja Católica apoiava a escravidão, tanto de negros quanto de indígenas. Vemos isso quando a narradora questiona:

Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima - ama a teu próximo como a ti mesmo -, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao teu semelhante! Àquele que também era livre no seu país... Àquele que é seu irmão? (REIS, 2018, p.21).

A autora traz uma crítica ao sistema escravista como injusto e cruel. E destaca como semelhante todos aqueles que foram escravizados e não apenas Túlio, que é bondoso e compassivo. Dessa forma, condena todo o sistema escravocrata e argumenta a injustiça dessa instituição. Segundo Mendes (2016, p.103), “a autora o faz a partir do próprio discurso religioso, oriundo da hegemonia branca, que afirma serem todos irmãos independente da cor da pele!”. Isso significa condenar toda a instituição da escravidão, não apenas a crueldade com um homem que apresentou caráter elevado. Maria Firmina dos Reis usa o próprio discurso religioso que prega a ideia de que todos são irmãos e que devem amar uns aos outros. Ela usa de um discurso que parte dos brancos, para criticar um sistema instituído, idealizado e respaldado por eles, como comenta Fanon (2008, p.111):

Através dos tempos, vimos a religião católica justificar e depois condenar a escravidão e as discriminações. Mas, ao reduzir tudo à noção de dignidade humana, eliminava-se o problema do preconceito. Os cientistas, após muitas reticências, admitiram que o preto era um ser humano; in vivo e in vitro o preto tinha-se revelado análogo ao branco; mesma morfologia, mesma histologia. A razão assegurava a vitória em todas as frentes. Eu era readmitido nas assembléias. Mas tive de perder as ilusões.

A Igreja Católica ajudava a fundamentar a escravidão com a demonização do negro, da sua cultura e religião, além de impor o cristianismo aos colonizados. Quando os cientistas admitiram que os negros são seres humanos e apresentavam características biológicas iguais às dos brancos, a igreja passou a reduzir a solução de toda a problemática criada a partir da noção de dignidade humana, inerente a todos que eram considerados seres humanos, o que passou a incluir os negros. Porém, foi preciso perder as esperanças, porque as consequências da desumanização dos negros já haviam sido estabelecidas e os resultados disso podem ser vistos todos os dias no Brasil, de forma implícita ou explícita. Em *Úrsula*, o uso de valores cristãos para criticar a escravidão é estratégico. Além disso, a autora maranhense mostrou do personagem Túlio suas qualidades virtuosas “dadas por Deus e valorizadas pela fé cristã”, como vemos no trecho a seguir:

E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos e puros como a sua alma. Era infeliz, mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista (REIS, 2018, p.22).

A autora destaca que o sofrimento do personagem Túlio, um homem inocente e de sentimentos generosos, era uma consequência da escravidão. E que ainda que fosse tão injustiçado, suas virtudes e sua alma permaneciam intactas e puras. Dessa forma, traz a visão do negro escravizado como bondoso e fiel. Quando retrata o personagem com qualidades de um ser humano tão afetuoso, Reis (2018) inova na apresentação do negro escravizado na literatura brasileira. Segundo Mendes (2016, p.102), “a autora introduz a imagem do escravo bom, fiel, que, apesar da escravidão, não está embrutecido”. Ainda assim, ao ser questionado pelo mancebo sobre a sua situação, Túlio se envergonha, se justifica e pede perdão, pois sente o receio de ser tratado como um selvagem, mesmo sendo uma vítima em sua condição:

– Senhor! – balbuciou o negro – vosso estado... Eu – continuou, com o acanhamento que a escravidão gerava - suposto nenhum serviço vos possa prestar, todavia quisera poder ser-vos útil. Perdoai-me!... [...] o pobre negro, fiel ao humilde hábito do escravo, com os braços cruzados sobre o peito, descaía agora a vista para a terra, aguardando tímido uma nova interrogação (REIS, 2018, p.23).

Podemos perceber, através das descrições da narradora, que também é apresentado o sentimento de inferioridade que Túlio, como vítima da escravidão, já havia internalizado. Mesmo quando o mancebo demonstra não se importar com sua condição, muito menos julgá-lo inferior, Túlio continua acanhado, de braços cruzados e cabeça baixa, aguardando que sua fala ou atitude seja solicitada. Além disso, sua condição o fazia sentir vergonha, porque sabia que ao revelar seu infortúnio, era provável que fosse tratado como animal, como já era do costume dos brancos com os quais conviveu e serviu. Segundo Fanon (1968), o colonialismo teve um papel fundamental de produzir males psiquiátricos entre os colonizados, pois negava de forma sistematizada o outro e dessa forma o fazia questionar sobre sua identidade. Túlio, como vítima que internalizou o discurso do opressor, baixava a cabeça diante de um homem branco, como o ensinava a escravidão.

Ao se revelar como um escravizado, o personagem sente a necessidade de se colocar no lugar de inferioridade, como vemos no trecho: “A minha condição é a de mísero escravo! Meu senhor – continuou – não me chameis amigo. Calculastes já, sondastes vós a distância que nos separa? Ah! O escravo é tão infeliz!... Tão mesquinha e rasteira é a sua sorte, que...” (REIS, 2018, p.24). O mancebo não o deixa terminar a frase e apresenta também um posicionamento contrário a

escravidão, amaldiçoando aquele que inventou esse sistema. E, como forma de gratidão por tê-lo salvado, pergunta como poderia retribuir. Nesse momento, a humildade de Túlio é enfatizada pelo seu pedido:

Continuai, eu vo-lo suplico, em nome do serviço que vos presto, e a que tanta importância quereis dar, continuai, pelo céu, a ser generoso e compassivo para com todo aquele que, como eu, tiver a desventura de ser vil e miserável escravo! Costumados como estamos ao rigoroso desprezo dos brancos, quanto nos será doce vos encontrarmos no meio das nossas dores! Se todos eles, meu senhor, se assemelhassem a vós, por certo mais suave nos seria a escravidão (REIS, 2018, p.25).

No trecho transcrito podemos perceber que Túlio não alimenta grandes ambições, pois sua condição de escravizado não lhe permite sonhar com grandes conquistas, como a liberdade. Como visto anteriormente em Chalhoub (1990), durante o período da escravidão, demorou muito para que os pretos pudessem sonhar com alforria. E ainda quando parecia ser possível conquistá-la, permaneciam como dependentes. Por isso, com uma profunda empatia, o que se pedia era simplesmente o respeito a todos àqueles que se encontram em sua condição. A atitude de Tancredo surpreendia-o, pois “era o primeiro branco que tão doces palavras lhe havia dirigido; e sua alma, ávida de uma outra alma que a compreendesse, transbordava agora de felicidade e de reconhecimento” (REIS, 2018, p.25). Quando traz um personagem branco capaz de reconhecer a humanidade dos negros e se posicionar como contrário a escravidão, Reis (2018) sugere que as duas raças poderiam viver em harmonia, mesmo com as condições do sistema (MENDES, 2016). O personagem Tancredo consegue enxergar a humanidade de Túlio e não o vê ou o trata como um animal selvagem como os negros eram vistos e tratados, o que é uma obrigação humana e não um favor. O personagem também assume uma postura contrária à escravidão e, como forma de gratidão pela ajuda prestada por Túlio, paga sua alforria:

Túlio obteve pois por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes. Era livre como o ar, como o haviam sido seus pais, lá nesses adustos sertões da África; e, como se fora a sombra do seu jovem protetor, estava disposto a segui-lo por toda a parte. Agora Túlio daria todo o seu sangue para poupar ao mancebo uma dor sequer, o mais leve pesar; a sua gratidão não conhecia limites. A liberdade era tudo quanto Túlio aspirava, tinha-a - era feliz! (REIS, 2018, p.32).

No trecho, podemos perceber que além de apresentar o desenrolar da narrativa, Reis (2018) ressalta que a liberdade é algo dado por Deus a todos os viventes, trazendo à tona mais uma vez o discurso religioso e a imagem do deus cristão, uma forma de sensibilizar os seus leitores. O fragmento também demonstra que Túlio já nasceu ligado à cadeia da escravidão e não havia sido livre como seus pais na África. O personagem viveu a vida inteira como escravizado e, como consequência, não conhecia e não sabia o que fazer com a sua liberdade, que para ele significava apenas poder escolher a quem servir. Como consequência, permanece fiel e a serviço de Tancredo. Mendes (2016, p.82) comenta que:

O jovem escravo Túlio, mesmo sendo personagem secundário, tem fundamental importância. Companheiro do protagonista em todos os momentos, havia nascido e vivido em cativeiro. No momento em que encontra alguém que paga o seu preço em espécie, vê-se liberto; mas não totalmente, nas palavras da mãe Susana, para ela a liberdade só seria alcançada na sua pátria.

Quando afirma que a liberdade só poderia ser alcançada no continente africano, Susana relembra que mesmo “livre”, o negro continuaria a carregar o fardo de ser considerado “coisa”, sem importância e sem direitos. Por isso, enquanto estivesse no país do estrangeiro, continuaria preso sob domínio do colonizador. De fato, ao considerar as estratégias do sistema escravocrata para a produção de dependentes, apontadas por Chalhoub (1990), como a relação de poder que se prolongava até mesmo depois que o escravizado conseguia sua carta de alforria, além do complexo de dependência do colonizado apresentado por Fanon (2008) e a visão do negro como representação de tudo o que era ruim e inferior, percebemos que mesmo com a compra de sua alforria, Túlio permanecia preso à condição de homem negro internalizada no imaginário coletivo e podia a qualquer momento perder novamente a sua “liberdade”. Além disso, era compreensivo que ele se sentisse na obrigação de demonstrar uma eterna gratidão, através do serviço e da fidelidade a Tancredo.

Chalhoub (1990) traz, em seu estudo, relatos de diferentes situações onde o senhor tentou revogar a carta de alforria do “negro liberto”, com o argumento de que estava apenas reagindo à ingratidão e ao desrespeito às suas ordens. Sendo assim, a possibilidade de ganhar ou perder a liberdade era um instrumento de domínio e poder para com os negros escravizados ou libertos, pois mesmo daqueles livres

perante a lei, cobrava-se obediência e serviço. Por isso, “os libertos continuavam a demonstrar respeito aos ex-senhores temendo o retorno ao cativeiro” (CHALHOUB, 1990, p. 137). Sendo assim, para os negros, a liberdade pode ter representado:

em primeiro lugar, a esperança de autonomia de movimento e de maior segurança na constituição das relações afetivas. Não a liberdade de ir e vir de acordo com a oferta de empregos e o valor dos salários, porém a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém (CHALHOUB, 1990, p. 80).

A “liberdade” para os negros representava uma possibilidade de constituir família e de fazer algumas escolhas. Isso se aplica ao personagem Túlio, em *Úrsula*, que encarava a liberdade como a possibilidade de escolher a quem servir e, dessa forma, escolheu servir aquele que comprou sua liberdade. É importante destacar que as condições para obter a libertação da cadeia da escravidão era na verdade uma forma de garantir a produção de dependentes. Ou seja, era uma liberdade limitada, para transformar “ex-escravos em negros libertos ainda fiéis e submissos a seus antigos proprietários” (CHALHOUB, 1990, p. 100). Pois ainda que pudesse escolher não servir a ninguém, “o negro liberto” não estava preparado para as obrigações de uma pessoa livre, principalmente àqueles que já nasceram ligados ao cativeiro da escravidão, como Túlio. E a sociedade, que aprendeu a ver o negro como inferior, não estava preparada para ajudar e muito menos para aceitar a sua ascensão. O personagem, mesmo secundário, assume grande importância para trazer ao leitor uma visão diferente dos negros, para além do imaginário coletivo construído e reproduzido pelos brancos, como comenta Mendes (2016, p.102):

A escravidão é “odiosa”, mas nem por isto endurece a sensibilidade do jovem negro. Eis a chave para compreender a estratégia autoral de denúncia e combate à escravidão sem agredir, no entanto, as convicções mais elevadas de seus leitores. Túlio é vítima, não algoz. Sua revolta se faz em silêncio, pois não tem meios para confrontar o poder dos senhores. Não os sabota, nem os rouba, como os escravos presentes em *Vítimas-algozes*, de Joaquim Manoel de Macedo (1869).

Em diferentes obras da literatura brasileira, o negro foi retratado a partir de estereótipos que reafirmavam estigmas raciais do negro como embrutecido, irracional, malandro, incapaz, entre outros. Chalhoub (1990) faz uma análise da crônica “19 de maio de 1888”, de Machado de Assis, da série *Bons dias!*, publicada em folhetim. Nela temos o personagem Pancrácio, que diante da decisão de seu

senhor em dar sua alforria, entrou na sala, se jogou aos pés dele e preferiu continuar a servi-lo. E ainda continua a aceitar insultos e pancadas. Segundo o autor, a atitude do personagem foi “supostamente patética” e não tem total verossimilhança com a realidade. O autor comenta:

Pancrácio é o caso extremo de um negro “seduzido” pela ideologia da escravidão como uma relação de dependência que não se rompia definitivamente sequer no momento da alforria. Esse negro efetivamente registrava e espelhava passivamente os significados sociais que lhe eram impostos. (CHALHOUB, 1990, p. 143).

A atitude do personagem de Machado de Assis se assemelha à atitude de Túlio, que demonstra gratidão ao branco que o ajudou. Segundo Chalhoub (1990) estes personagens seriam seduzidos pela ideologia da escravidão e, portanto, tinham uma relação de dependência com seus algozes mesmo depois da alforria. No caso de Túlio, sua gratidão era transferida para o branco benfeitor, o único que já havia sido minimamente gentil com ele. O autor considera que “Machado era aqui um gozador, e Pancrácio um negro de mentirinha” (CHALHOUB, 1990, pág. 143). Dessa forma, é importante destacar que toda essa passividade sobre a condição de escravo não era totalmente realidade e Machado de Assis agia com ironia na representação desse episódio. Além disso, discorre sobre o fato de que:

A escravidão é uma forma de organização das relações de trabalho assentada nas relações de subordinação e dependência dos escravos para com os senhores; em contrapartida, os senhores deviam proteção e orientação a seus escravos. A alforria não significava um rompimento brusco dessa política de domínio imaginária, pois o negro, despreparado para as obrigações de uma pessoa livre, devia passar de escravo a homem livre dependente” (CHALHOUB, 1990, p. 135).

Toda a estrutura do sistema escravocrata era baseada em uma relação de poder, com a subordinação de uma raça e a estratégia de produção de dependentes, para que mesmo quando libertos, os negros precisassem de seus antigos senhores e não houvesse revoltas. Em contrapartida ao personagem apresentado, que era totalmente submisso e sem consciência nenhuma das injustiças que sofria, o autor também narra a história de Agostinho, escravizado no Brasil no período de 1870, que demonstrava revolta sobre a condição de escravizado e críticas ao sistema, ao mesmo tempo em que tinha gratidão ao seu senhor. Apesar de Túlio ser representado como fiel, submisso e passivo diante da

escravidão, a narradora apresenta a opinião do personagem sobre o sistema e demonstra que sua postura é consequência de um sistema onde os negros já nascem presos e condenados à escravidão, mesmo sem cometer nenhum crime. E ainda onde a crueldade dos senhores com os negros é legitimada, tornando impossível o afronte ao poder que o oprime. E ainda assim, segundo Mendes (2016, p.115):

Túlio demonstra sabedoria, apesar da pouca idade, e suas reflexões mostram um espírito que poderia ter sido desenvolvido intelectualmente e que não o fora devido à escravidão e à segregação que se lhe seguiu de forma disfarçada na vida nacional brasileira. O jovem escravo clama pela libertação de seu corpo e de toda a sua raça, porém, seu pensamento mostra-se cômico de que a escravidão restringia-se ao corpo, já que sua alma e seu pensamento eram-lhe propriedades únicas e inexoráveis.

O personagem negro contraria os estereótipos com sua profundidade e apresenta sabedoria através de suas reflexões. Reis (2018) dá ao negro escravizado a possibilidade de apresentar aos leitores o seu discurso e testemunho. E os colonos, assim como tiraram a possibilidade de Túlio se desenvolver intelectualmente, também fizeram com muitos negros e negras, tanto os vindos do continente africano até o Brasil, como também os que não conseguiram chegar às terras exploradas porque morreram no caminho. E ainda àqueles que nasceram dentro do sistema escravocrata, muitas vezes como consequência dos estupros praticados pelos portugueses as mulheres negras. E mesmo após a abolição, o sistema deixa como sequela uma estrutura social racista, que continua dificultando a vida e a ascensão social dos negros através do racismo e da segregação.

3.3 A preta Susana: uma narrativa de denúncia à escravidão

O capítulo IX de *Úrsula*, intitulado “A preta Susana”, é dedicado à apresentação da personagem que, negra como Túlio, também era uma vítima da escravidão. Os dois haviam servido juntos na casa da mãe de Úrsula, a senhora Luísa B., por muito tempo, por isso a relação entre eles era semelhante à de mãe e filho. Quando está para partir, Túlio vai ao encontro de Susana, que questiona a sua partida: “Não sentes saudades desta casa, ingrato?!” (REIS, 2018, p.71). E que ainda duvida de sua liberdade: “Que te adianta trocares um cativo por outro! E

sabes tu se aí o encontrarás melhor?” (REIS, 2018, p.72). Segundo Mendes (2016), para Susana, a liberdade “só era possível na África, expressando aí um sentimento diaspórico, o sonho da terra prometida, o sonho de somente lá encontrar a liberdade” (MENDES, 2016, p.109).

Então Túlio explica que sua partida é motivada pelo sentimento de gratidão a Tancredo, o mancebo que havia comprado sua liberdade, ao pagar sua alforria: “Susana, graças à generosa alma deste mancebo, sou hoje livre, livre como o pássaro, como às águas; livre como o éreis na vossa pátria” (REIS, 2018, p.72). Nesse momento Susana lembra da África, dos momentos que viveu quando era livre e da família que deixou quando foi capturada e transportada para o Brasil para ser escravizada. Justificando as lágrimas nos olhos, a mulher começa a narrar suas saudades:

Sim, para que essas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... Ah! Eu a gozei na minha mocidade! - continuou Susana com amargura - Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu (REIS, 2018, p.72).

A personagem, mesmo considerada secundária para os manuais de literatura estrutural romanesca e de folhetim, tem grande importância no livro, pois revela o motivo de suas lágrimas: Susana era uma mulher livre em seu país de origem e depois da interferência dos colonos, só restavam as saudades e as feridas das violências que sofreu. E com isso, mostra que não é apenas uma “escrava”, mas uma mulher que sente e sofre. Dessa forma, a autora de *Úrsula* mostra aos seus leitores que pessoas negras também são humanas e não merecem o sofrimento causado pela escravidão. Por intermédio de Susana, a autora traz uma descrição da África que embora superficial, já que é provável que seja baseada apenas no que se dizia na época, foi importante. Segundo Mendes (2016), Maria Firmina dos Reis nunca havia saído do Maranhão, mas usa sua imaginação e vivência de mulher negra para, através de Susana, transportar o leitor para uma África que representava a liberdade:

Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilância e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no

coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias (REIS, 2018, p.72-73).

A descrição feita pela personagem faz o leitor visualizar a terra de onde vieram os negros como uma representação da liberdade e a juventude de Susana como feliz. Dessa forma, a autora apresenta sua personagem não apenas como uma “escrava”, com uma vida baseada no servir, mas sim como uma mulher que assim como as mulheres livres tinha sua vida, seus desejos, sentimentos e relações. Reis (2018) demonstra que a preta Susana não era uma mulher inferior e sua humanidade era semelhante à do leitor. Não era uma “escrava”, mas sim uma mulher comum que havia sido escravizada. Em seu país, havia deixado amigas e ainda uma família, como conta em seu relato:

Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, as Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 2018, p.73)

No trecho lê-se que a preta Susana contraria o imaginário criado pelo colonialismo, no qual as mulheres negras escravizadas eram consideradas objetos sexuais, “para satisfazer os desejos sexuais do patrão” (MENDES, 2016, p. 110). E os negros, de uma forma geral, eram “selvagens” retratados de forma superficial. A autora humaniza seus personagens ao dar voz, memórias, sentimentos e um discurso político contrário à escravidão. Firmina mostra que na África as mulheres negras eram livres, felizes, amadas e podiam construir uma família bem estruturada. Dessa forma, dá profundidade à personagem, mesmo que ela seja uma personagem secundária. Segundo Mendes (2016), a descrição da juventude valoriza a mulher negra escravizada, pois permite que o leitor compreenda que sua vida não se resumia ao cativo e antes de ser sequestrada tinha uma vida normal, uma infância e juventude feliz. E ainda que, em seu país, podia construir uma família. Outra característica incomum para a época era a descrição física dada a personagem:

trajava uma saia de grosseiro tecido de algodão preto, cuja orla cheavalhe ao meio das pernas magras, e descarnadas como todo o seu corpo: na

cabeça tinha cingido um lenço encarnado e amarelo, que mal lhe ocultava as alvíssimas cãs (REIS, 2018, p. 71).

A descrição feita por Maria Firmina dos Reis se diferencia dos estereótipos apresentados por outros autores da época, onde a mulher negra é apresentada de forma sexualizada. A narradora demonstra características que transmitem ao leitor um aspecto de sabedoria e também de desgosto pelas adversidades que enfrentou. Segundo Mendes (2016, p.108), “o narrador firminiano, ao descrever a personagem, dá-lhe denotação de sofrimento, de amargura e de dor”. Esses aspectos dão ainda mais verossimilhança na representação da personagem e fazem com que a experiência e os relatos sejam enfatizados e ganhem mais atenção que a aparência da mulher. Sendo assim, Susana é uma personagem negra que não serve para satisfazer o olhar do homem branco. Pelo contrário, a narração de sua vida antes de ser escravizada e das torturas físicas e psicológicas que sofreu mostra o que há por trás da visão romantizada desse sistema e serve para incomodar os responsáveis pelas crueldades praticadas na escravidão.

A personagem conta que já havia chegado o tempo das colheitas do milho, do inhame e do amendoim, que eram abundantes na roça onde morava: “era um desses dias em que a natureza parece entregar-se toda a brandos folgares, era uma manhã risonha e bela, como o rosto infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração” (REIS, 2018, p.73). Susana conta que podia sentir um enorme pesar em seu coração, mas aparentemente não havia motivos e ela não compreendia o sentimento. A filha de Susana era como um anjo que sorria para ela com sua inocência. Mas ainda assim, precisava trabalhar e lamenta: “Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah Nunca mais devia eu vê-la...” (REIS, 2018, p.73). No caminho para a roça, ouviu um assobio das matas, alguém tentava te avisar do perigo, mas não houve tempo para fugir, conta:

Logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira - era uma escrava! Foi embalte que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava - pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar (REIS, 2018, p.73).

Susana relata o dia do seu sequestro. Em um dia bonito de colheita, caminhava até a roça quando foi surpreendida pelos homens que, de forma cruel, roubaram a liberdade de uma mulher inocente, que havia deixado mãe e filha à sua espera. A personagem enfatiza a crueldade dos homens que não sentem compaixão e se comportam como bárbaros. A partir de então, Susana havia se tornado uma prisioneira e passava a desejar a morte. E fica evidente que a autora não romantiza o processo de captura dos negros. Para Mendes (2016, p.101):

A personagem configura aquela voz feminina porta-voz da verdade histórica e que pontua as ações, ora com comentários e intervenções moralizantes, ora como porta-voz dos anúncios e previsões que preparam o espírito do leitor e aceleram o andamento da narrativa. Essa voz feminina emerge, pois, das margens da ação para carregá-la de densidade, do mesmo modo que sua autora também emerge das margens da literatura brasileira para agregar a ela um instigante suplemento de sentido.

Mendes (2016) compara a forma como Susana surge na narrativa e traz a verdade histórica da escravidão com seu discurso crítico, com a forma como a autora Maria Firmina dos Reis surge das margens na literatura brasileira com a grande contribuição de sua obra. A personagem Susana, diferente de Túlio, conheceu a liberdade em seu país de origem e tem uma consciência maior das injustiças da escravidão. Enquanto Túlio se sente em dívida com Tancredo por ter comprado a sua liberdade, Susana sabe que mesmo sendo alforriado, a liberdade que ela conhecia não era possível naquele contexto. Afinal, tinha consciência de que para os colonos não interessava se ela havia sido privada do amor fraterno e menos ainda se a prisão trazia sofrimento ao seu povo, porque era considerada inferior, selvagem e sem condições de ser tratada como semelhante. Compartilhar suas saudades não foi a única forma de Susana denunciar o sistema escravocrata, ela relata toda a barbárie dos colonos com seu povo:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. (REIS, 2018, p.74).

Em seu relato, Susana se refere ao sequestro dos africanos que foram transportados nos navios negreiros até o Brasil para serem escravizados. Ela conta que em seu navio, foram transportados mais trezentos “companheiros de infortúnio e de cativo”, amarrados em pé e acorrentados para que não apresentassem ameaça aos sequestradores. Conta também que o porão do navio era estreito, por isso as condições eram degradantes. A personagem usa a expressão “mercadoria humana” para se referir aos negros porque eram tratados dessa forma e quando chegaram ao destino, foram vendidos como se fossem gado. O relato da personagem Susana se assemelha ao relato encontrado na autobiográfica de Mahommah Garbo Baquaqua, um negro que foi capturado em Borgu, na África Ocidental, e enviado para o Brasil nos navios negreiros, sendo comprado por um senhor e depois por outro, que possuía um navio, onde passou a servir a bordo e a ser chamado pelo nome de José da Costa. Em uma das viagens, datada em 24 de abril de 1847, segundo Paul E. Lovejoy *apud* Mendes (2016), Baquaqua fugiu com um companheiro de servidão, depois os dois foram pegos e colocados em uma prisão, de onde desapareceram misteriosamente.

Depois de reconstruir sua vida, inclusive com o abandono do nome português e da religião imposta no Brasil, Baquaqua publicou um livro, no qual narrou suas memórias como escravizado. Seu texto é considerado de caráter documental e antecede *Úrsula* em cinco anos. Seu relato confirma as denúncias feitas por Maria Firmina dos Reis através de Susana (MENDES, 2016). No texto de Baquaqua é encontrada uma descrição do porão do navio como tão baixo que não dava para ficar de pé, além das condições como a falta de alimentos, água e a privação do sono. Além das torturas e assassinatos que testemunhou (BAQUAQUA *apud* MENDES, 2016). Como conta Susana, nos dias que passaram viajando, faltava água, comida e ar. E quando tinha não era em boas condições de consumo, por isso muitos negros morreram durante a viagem:

Muitos não deixavam chegar esse último extremo - davam-se à morte. Nos últimos dias não houve mais alimentos. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que nos escaldou e veio dar morte aos cabeças do motim. A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foi sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades (REIS, 2018, p.74).

Os homens e mulheres foram transportados como se fossem mercadorias baratas e aqueles que não aguentavam o sofrimento tentavam se matar. Quando alguém se revoltava era tratado com violência e todos juntos eram torturados. A personagem conta que com a falta de alimentos, muitos reclamavam, o que resultava em mais castigos. E descreve a tortura com água fervente, que matou muitos dos que foram capturados e transportados com ela. Além disso, os que conseguiam sobreviver à viagem eram vendidos como mercadorias. Àqueles que os escolhiam, definiriam seus destinos. No caso de Susana, o comendador Fernando P. a escolheu, juntamente com outros negros. Sobre o senhor, relata:

Coração de tigre é o seu! Gelei de horror ao aspecto de meus irmãos... Os tratos por que passaram doeram-me até o fundo do coração! O comendador P. derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumprida, por falta de inteligência! E eu sofri com resignação todos os tratos que se dava a meus irmãos, e tão rigorosos como os que eles sentiam. E eu também os sofri, como eles, e muitas vezes com a mais cruel injustiça (REIS, 2018, p.74).

Ao chegarem ao Brasil foram tratados de forma desumana, os senhores subjugavam através da força, torturavam com diferentes instrumentos, como “torturas do anjinho, do cepo e outros instrumentos de sua malvadeza” (REIS, 2018, p. 74) e prendiam seus semelhantes em prisões onde, segundo a personagem, “os sepultavam vivos, onde, carregados de ferros, como malévolos assassinos, acabavam a existência, amaldiçoando a escravidão; e quantas vezes aos mesmos céus!... (REIS, 2018, p. 74-75). Ou seja, os lugares se assemelhavam a uma sepultura, onde eram condenados ainda vivos enquanto os mesmos colonos discutiam as diferenças que tornavam uma raça superior a outra e introduziam no pensamento da sociedade a visão do negro como “o arquétipo dos valores inferiores” (FANON, 2008, p.160). Isto é, o lado ruim da personalidade e símbolo do Mal. Além disso:

De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretenciosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta (FANON, 2008, p.104).

Os negros foram obrigados a esquecer pátria, família, cultura e religião. Além da violência do sequestro e da privação do amor fraterno, os negros tiveram que se

adaptar e absorver um novo sistema onde eles representavam o mal. Porque para dominar um povo completamente, era preciso não apenas usar a força, como também dominar psicologicamente através da imposição da cultura, da linguagem e até dos meios de produção, para fazer os oprimidos acreditarem que são realmente inferiores. Para isso os colonos usavam diferentes armas, como a própria fé, através da Igreja Católica, que justificava a escravidão, ou a ciência, produzida pelos próprios brancos, na qual o negro era considerado menos humano e mais próximo de um selvagem (FANON, 2008). E assim procuravam formas de legitimar esse sistema. Chalhoub (1990, p.244) considera que “as feridas dos açoites provavelmente cicatrizavam com o tempo; as separações afetivas, ou a constante ameaça de separação, eram as chagas eternamente abertas no cativeiro”. Ou seja, os danos físicos muitas vezes podiam ser curados com o tempo, mas os danos psíquicos eram mais profundos. Como a própria personagem Susana confessa: “a dor que tenho no coração, só a morte poderá apagar!” (REIS, 2018, p.75).

Segundo Mendes (2016), quando cria a personagem Susana, Maria Firmina dos Reis contraria a literatura que já havia sido criada até então e traz a personificação do Africano que “tirado à força, de forma brutal e bestial, de sua terra natal, foi animalizado e classificado como objeto, coisa, mão-de-obra forçada e gratuita para senhores inescrupulosos” (MENDES, 2016, p.106). A personagem representa os negros africanos que foram escravizados naquele contexto que se apresenta na obra em análise e na sociedade da época em que foi publicada. Sendo assim, através da literatura, a autora garante o espaço para que esses personagens façam suas vozes serem ouvidas. Além de trazer a verdade sobre o sistema, faz a sua crítica: “É horrível pensar que criaturas humanas tratem a seu semelhante assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!” (REIS, 2018, p.74). Seu discurso enfatiza a hipocrisia por trás do cristianismo pregado pelos colonos no que diz respeito ao princípio de amar ao próximo como a si mesmo.

As trajetórias de Tulio e Susana demonstram como a escravidão é cruel com suas vítimas. Depois de todo o sofrimento vivenciado pelos personagens, Túlio morre com dois tiros de pistola ao tentar avisar Tancredo, a quem permanece fiel até o fim, que o comendador Fernando P. o procurava. Susana foi outra vítima da crueldade do mesmo senhor, que a acusou injustamente de esconder a localização

de Úrsula e ordenou: “Encerrem-na na mais úmida prisão desta casa, ponha-se-lhe corrente aos pés e à cintura, e a comida seja-lhe permitida quanto baste para que eu a encontre viva” (REIS, 2018, p.116). A personagem, mesmo ao receber um aviso do perigo que enfrentaria, não fugiu dos castigos ou não inventou uma resposta por honra de ser inocente, como declarou: “os que estão inocentes não fogem” (REIS, 2018, p.113). Com personagens negros admiráveis, a autora de *Úrsula* se opõe aos preconceitos, como indica o trecho a seguir:

Maria Firmina dos Reis adota postura ideologicamente favorável ao negro, visto que, no Brasil, o colonizador europeu classificava a raça negra como povo pertencente a uma sub-raça bárbara, na intenção de colocá-la como primitiva. Só que o bárbaro é, em primeiro lugar, o homem que acredita na barbárie, denominação que na verdade aplicava-se mais ao procedimento europeu (MENDES, 2016, p.110).

Mendes (2016) compara o conceito de bárbaro com a atitude do europeu de construir pela força e legitimar por meio do discurso um sistema tão cruel e desumano como a escravidão. E afirma que Maria Firmina dos Reis é ideologicamente contrária a esse sistema e é favorável aos escravizados. A escritora maranhense apresenta personagens negros que possuem bondade, compaixão e, sobretudo, honra. Dessa forma, contraria o padrão de representação do negro tanto dentro da literatura como também socialmente. Segundo Mendes (2016, p.101), “são as personagens negras e escravas que fazem com que o romance adquira um tom de denúncia, assim como expressa sentimentos de igualdade, fraternidade e liberdade, misturados à resignação e revolta”. É por intermédio de Susana e através de suas memórias que “a escritora faz a tentativa de avisar ao despreocupado leitor do século XIX quão brutal e desumana é a forma pela qual o homem livre é transformado em cativo” (MENDES, 2016, p.107). Por isso, as revelações que traz em sua obra servem como denúncias sobre a crueldade dos colonos e do sistema atuante. Mendes (2016, p.101) afirma: “enquanto outros autores da literatura do século XIX punham mordaças nas bocas dos negros, Maria Firmina dos Reis dá voz para expressarem suas angústias e anseios na terra estranha”. Dessa forma, faz uma denúncia sobre o sistema ainda atuante e provoca no leitor branco a reflexão sobre as violências produzidas e reproduzidas dentro da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escritora e professora Maria Firmina dos Reis, mulher negra, é a primeira voz feminina brasileira a abordar a temática antiescravista, com a publicação de *Úrsula* no ano de 1859, em São Luís do Maranhão, a princípio assinado com o pseudônimo de “uma maranhense”. O romance se enquadra nos moldes do Romantismo, com a figura da donzela Úrsula, protagonista que dá nome ao livro, disputada por Tancredo, personificação do herói, e o comendador Fernando P., personificação do vilão ou do mal a ser enfrentado. A obra também traz a narrativa do amor impossível e a visão romântica do amor. Porém, não termina com um final feliz como outros enredos dessa escola literária, já que apesar de publicar um romance romântico, a escritora apresenta de forma realista características do contexto histórico da época, como a escravidão e a condição das mulheres, tanto negras quanto brancas.

A autora adota um posicionamento contrário à escravidão e diferente de outros autores o faz de forma explícita, através dos personagens e da própria narradora. As descrições dos navios negreiros com suas condições degradantes, das separações entre familiares e dos maus tratos sofridos pelos negros escravizados sendo feitas por personagens negros fazem o diferencial da obra. Em Mendes (2016) constatamos que *Úrsula*, bem como a autora da obra, sofreu apagamento na historiografia literária. As referências encontradas à escritora são mínimas e autores como Antonio Candido e Alfredo Bosi não a citam em seus trabalhos. Como primeira romancista brasileira e autora do primeiro romance abolicionista e antiescravista do país e com uma obra de caráter inovador, consideramos que a autora deveria estar inserida no cânone literário brasileiro e com louvor.

O estudo da obra *Úrsula* e do referencial teórico utilizado neste trabalho nos permitiu compreender características da sociedade do século XIX, como a condição de negros e mulheres. A análise das narrativas secundárias dos personagens Túlio e Susana nos mostram a violência física e psíquica da escravidão com negros africanos e nascidos no Brasil já condicionados ao cativeiro. O romance, apesar de ter sofrido apagamento na historiografia literária brasileira, é reconhecido como pioneiro na temática abolicionista e traz personagens negros de forma humanizada,

como possuidores de sentimentos nobres e capazes de produzir seu próprio discurso abolicionista. Na narrativa, constatamos que é atribuída uma história anterior à escravidão, apresentada pela personagem Susana, negra africana sequestrada de seu país e escravizada no Brasil.

Mendes (2016) faz uma crítica aos autores da literatura do século XIX, que não permitiam aos seus personagens o discurso. Além disso, enfatiza o papel da obra *Úrsula* na revelação dos males causados aos africanos quando permite que tanto a narradora como também os personagens façam críticas à escravidão. Segundo Fanon (1968, p.76-77): “O bem-estar e o progresso da Europa foram construídos com o suor e o cadáver dos negros, árabes, índios e amarelos. Convém que não nos esqueçamos disso”. E é através da obra analisada neste trabalho que a escritora e professora Maria Firmina dos Reis garante que estas injustiças não sejam ignoradas. Ao trazer personagens negros que expressam suas “angústias e anseios” diante de uma terra estranha, com um sistema que os oprimem, o romance conquista o tom de denúncia e se caracteriza como pioneiro na temática.

A literatura produzida por Maria Firmina dos Reis adota uma postura abolicionista e enfatiza os danos causados pela escravidão. Sua obra serve como porta-voz de um discurso que traz o lado do negro na História da escravidão e o coloca como sujeito capaz de falar por si e pelos seus. A autora mestra propaga o discurso abolicionista através dos personagens que o constroem, por isso sua obra é revolucionária e merece destaque tanto naquele contexto como também na historiografia literária, como parte do cânone. Sendo assim, a obra merece ser incluído entre as obras do Romantismo brasileiro com destaque para a forma corajosa e revolucionária com a qual a autora apresentou os personagens negros que foram escravizados, abordou a temática da escravidão e contextualizou o sistema patriarcal atuante, apresentando críticas explícitas.

Uma forma de ampliar os estudos da obra *Úrsula* é dar enfoque a forma como Fernando P. tratava os negros escravizados em sua casa e a verossimilhança com a realidade histórica da crueldade enfrentada pelos escravizados com seus “senhores”. Além das críticas à Igreja Católica, aos seus representantes e aos próprios cristãos, que consentiram a crueldade da escravidão, a autora não romantiza a crueldade da escravidão. Constatamos que Túlio e Susana poderiam ser os personagens principais da obra, mas diante do contexto de publicação de

Úrsula, era necessário utilizar um enredo principal romântico para que a obra e a escritora não sofressem a repreensão daquela sociedade. O romance, para a época e contexto de sua escrita, representa um afronte às camadas privilegiadas da sociedade e ao sistema vigente.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 2010.

CANDIDO, Antônio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas FFLCH, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Coleção perspectivas do homem. v. 42. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A, 1968.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41. Rio de Janeiro: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em 17 de setembro de 2021.

MENDES, Algemira de Macêdo. **A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revisitando o cânone**. 1. ed. São Paulo: Chiado, 2016.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. Série Prazer de Ler; n. 11. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.